

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
LAMEGO, REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2025**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se no Centro Cívico de Várzea de Abrunhais, Freguesia de Várzea de Abrunhais, Município de Lamego, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 23.06.2025-----

ABERTURA -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, Ricardo Jorge Morgado da Costa, presidiu à sessão que teve início às 14.00 horas, tendo Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes e Carlos Manuel Almeida Loureiro, como primeira e segundo secretários, respetivamente. -----

PRESENCAS -----

Ricardo Jorge Morgado da Costa, **Presidente da Assembleia**, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, em substituição de Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, José Manuel Lourenço Correia, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Alita Maria de Jesus Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Josefa Conceição Tomeno Fernandes Pinto, em substituição de Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Viriato Pina de Lemos, Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Milene Daniela da Fonseca Geada, Ricardo Luís Albergaria Samara Antunes Robalo, em substituição de Vítor Nuno Gomes dos Santos, Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, e os Presidentes de Junta de Freguesia de Avões – Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Britiande - Germano Correia Ribeiro, Cambres - Adelino Gomes Magalhães, Ferreirim - Wilson Miguel Lima Teixeira, Ferreiros de Avões - António Patrício Ribeiro Esteves, Figueira - Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Lalim - Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Lamego Tesoureiro da Junta de Freguesia de (Almacave e Sé) – Fernando Manuel Duarte Branquinho, em substituição do seu Presidente, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves Lazarim – Carlos Teotónio Monteiro, em substituição do seu Presidente, Paulo Henrique Almeida Loureiro, Penajóia - Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Penude - Manuel Varanda Pinto Rodrigues, de Samodães - Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Sande - Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca - Sérgio Pedro da Rua Capela, União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões - António Manuel dos Santos Rodrigues, Freguesia de Várzea de Abrunhais - Maria Otília Silva Teixeira, e Vila Nova de Souto D'Él Rei – Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

AUSÊNCIAS-----

O **Presidente da Assembleia** justificou as ausências de Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas, Bruno Daniel Ferreira de Oliveira, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Nuno Miguel Lázaro Gonçalves e Paulo Henrique Almeida Loureiro e Bernardo Manuel Taveira Xavier. -----

1.ASSUNTO: 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não havendo nenhuma inscrição-----

2. ASSUNTO:PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Interveio o Presidente da Assembleia para proferir o seguinte:-----

“Quero em primeiro lugar agradecer à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Várzea de Abrunhais, por ser a nossa anfitriã nesta sessão, nós hoje temos uma Assembleia, pela ordem de trabalhos que os membros da Assembleia podem ver, mais curta, e que por questões de agenda minha, não do senhor Presidente da Câmara, foi um tema de agenda meu, tivemos que fazer à Assembleia só da parte da tarde, ainda assim com a ordem de trabalhos que temos é bastante reduzida, creio que conseguiremos resolvê-la toda durante a tarde de hoje.-----

Dito isto, e antes de se iniciar o nosso período antes da ordem do dia, dou a palavra a Presidente da Junta de Freguesia de Várzea, para fazer uma intervenção de boas-vindas.-----

“Cumprimento todos os presentes nesta sala e a todos que nos estão a seguir pelas redes sociais.-----

Estamos muito gratos pela vossa presença, pela consideração, o respeito e amizade pela nossa freguesia. É com enorme satisfação que a Freguesia de Várzea de Abrunhais acolhe mais uma vez esta sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

Falo de uma forma simples, generosa, característica dos varzeenses, contribuindo assim para o conceito de proximidade entre todos.-----

Aproveito para agradecer em nome dos varzeenses, todo o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Município, na pessoa do Presidente da Câmara, dos Vereadores e dos serviços municipais com esta freguesia.-----

Trabalho que se caracteriza, pelo conhecimento e das necessidades da freguesia, a receptividade às suas preocupações e agilidade para a resolução dos seus problemas. Muito ainda há para fazer e concretizar, com dificuldades, com desafios, que vão surgindo ao longo do tempo, que irão ser ultrapassadas, mas que, contaremos sempre com o empenho do Município, na pessoa do seu Presidente, para as vencer e concretizar.-----

Estamos num espaço requalificado com interesse e empenho do Município, na pessoa do seu Presidente Eng.º Francisco Lopes, bem como outros investimentos que se têm feito na freguesia. -----

Presentemente, senhor Presidente, faço um apelo que envide esforços para que se minimize, a falta de água que se tem vindo a verificar na freguesia.-----

A terminar, espero que todos se sintam bem e são todos bem-vindos.-----

O meu agradecimento para os meus colegas da Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia, um bem-haja a todos e um bom trabalho.-----

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia para duas notas:-----

“Em primeiro lugar, relativamente aos pedidos de substituição, hoje estão a faltar Bruno Oliveira e Paulo Barradas, Vítor Santos, Nuno Lázaro e Paulo Loureiro, que são substituídos, respetivamente, por José Fernandes, Sofia Rocha, Ricardo Samara, Fernando Branquinho e Carlos Monteiro.-----

Dizer-vos que também chegou à mesa por iniciativa do membro Independente Viriato Lemos, dois textos com o nome de “moção”. No entanto e tal como já foi dito ao membro Viriato Lemos, eles foram distribuídos pelos grupos municipais, mas considerando que, nenhum destes textos reveste a forma das iniciativas que os membros da Assembleia podem ter nos termos regimentais, nomeadamente voto, moção, louvor e voto de pesar, foram distribuídas apenas para conhecimento, mas não serão colocadas nem à discussão nem à votação, nesta Assembleia, pelas razões que já tive oportunidade de transmitir ao membro Viriato Lemos. São na nossa opinião, manifestações de opinião pessoa, que não pedem qualquer tomada de posição, por parte da Assembleia, seja em que sentido for, que não pedem também nenhuma tomada de posição, perante outras entidades terceiras sob um determinado tema, e por isso ficam distribuídos, fica registado, mas não vamos discutir nem vamos votar, por não revestem as formas regimentais admissíveis nos termos do regimento interno, aprovado pela Assembleia”.-----

Dito isto abre-se o período de inscrição-----

*Interveio o membro **José Manuel Correia** para fazer a seguinte intervenção-----*

“Cumprimento todos os presentes nesta sala e muito especialmente todas as pessoas, todos os lamecenses que nos seguem através das redes sociais.-----

Antes de mais queria agradecer a receção de Várzea de Abrunhais, na realização de mais esta Assembleia Municipal, no mandato anterior fazemos cá também Assembleia Municipal e sabemos que somos sempre muito bem recebidos. Por isso na pessoa da sua Presidente, Otília Teixeira, bem como a todos os habitantes da freguesia, muito obrigado.-----

Sabemos que Várzea de Abrunhais é uma freguesia dinâmica, com boas estruturas, mas também um porto de acolhimento e de bem receber as pessoas. Sei que é bom

morar em Várzea de Abrunhais e isso que se espera de uma junta, de um Presidente de Junta, como é a senhora Presidente Otília Teixeira. -----

Hoje, nesta Assembleia Municipal, enquanto representante da Coligação Somos Lamego” (CSL), queremos expressar o nosso profundo regozijo pela recente inscrição da Procissão de Triunfo em Honra de Nossa Senhora dos Remédios no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial em **29 de maio de 2025** e publicada em **Diário da República** no dia **6 de junho de 2025**.-----

É uma conquista que honra Lamego e todos os que, com visão, dedicação e trabalho, tornaram possível este reconhecimento. Um dia para celebrar aquilo que verdadeiramente nos distingue.-----

A Procissão de Triunfo é, há séculos, um símbolo profundo da alma lamecense. Uma expressão de fé, de identidade e de continuidade entre gerações.-----

Uma tradição com raízes que nos ligam, penso, já desde o século XIV, com registos documentados já no século XIX, e que ao longo do tempo se foi consolidando como um dos maiores símbolos de devoção e cultura do nosso concelho. É a expressão visível de uma fé enraizada no tempo, mas que se renova em cada dia 8 de setembro... ano após ano... geração após geração.-----

A **Procissão**, o **Escadório Monumental** e o **Santuário dos Remédios** formam juntos, uma **tríade inseparável**, são o **coração espiritual, emocional e simbólico de Lamego**.-----

Quem sobe o Escadório, quem participa na Novena, quem assiste ou integra a Procissão... sabe que está a viver algo que é muito mais do que um ritual. Está a ligar-se a uma corrente de fé que atravessa os séculos.-----

Todos os anos, milhares de pessoas, vindas de todas as regiões do país e também do estrangeiro, deslocam-se a Lamego por fé, por tradição e por emoção. É especialmente comovente ver o regresso da nossa diáspora dos nossos imigrantes que faz questão de voltar à sua terra por esta razão maior: a devoção a Nossa Senhora dos Remédios.-----

A Procissão de Triunfo tem ainda elementos únicos a nível nacional que reforçam a sua identidade própria: os bois que puxam os andores, com autorização especial da Santa Sé, e a participação solene do CTOE – Centro de Tropas de Operações Especiais. Estes dois elementos, aliados ao contexto paisagístico, cénico e religioso, reforçam a diferenciação e tornam este momento verdadeiramente ímpar e por isso catalizador da adesão das pessoas-----

É nesta experiência viva de fé que move pessoas, que chama multidões e na capacidade de sermos diferenciadores que reside a nossa força enquanto destino religioso, cultural e afetivo.-----

Cabe por isso, aqui, uma palavra de agradecimento ao papel da Real Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, que liderou este processo, o trabalho de investigação

desenvolvido por Fernando Cabral que reuniu e fundamentou os argumentos que permitiram à Direção-Geral do Património Cultural validar esta candidatura e à Câmara Municipal que participou no processo logístico.-----

Esta inscrição é, por isso, o culminar de um esforço individual mas também coletivo... de quem acredita que a memória, a fé e a cultura popular devem ser preservadas, reconhecidas e transmitidas.-----

Este é um passo importante. Naturalmente, sabemos que o caminho não termina aqui. Está já apontada, com esperança e ambição, a vontade de avançar para uma futura candidatura à UNESCO. Um desafio que exigirá o envolvimento de todos, mas que Lamego tem todas as condições para abraçar com confiança e determinação.-----

O Município saberá, certamente, acompanhar este processo com atenção e responsabilidade, em articulação com todos os parceiros locais.-----

Termino com uma palavra de orgulho e de esperança.-----

Orgulho por tudo o que foi feito até aqui e Esperança. -----

Esperança e saudade do futuro por tudo o que ainda podemos construir juntos. Porque Lamego é uma terra que sabe preservar as suas tradições... mas sabe também inovar, diferenciar e valorizar os elementos fundamentais da sua história e do seu futuro, ligando, as pessoas e o território.-----

Viva a Procissão de Triunfo!-----

Viva a Nossa Senhora dos Remédios!-----

Viva Lamego”-----

“Queria agora e para não voltar nesta página inicial, aqui no ambão, aproveitar também para trazer outra questão que me parece importante, completamente diferente desta e esta sim no âmbito da política, política que nos interessa, porque é política do Município.-----

Eu sei que há pessoas que não têm redes sociais, não querem ter, é uma opção, outras que têm só para deitar o olho de vez em quando, mas há outras pessoas que fazem das redes sociais um instrumento muito válido de participação social, de propostas de melhoria, de contributos para a sociedade também poder desenvolver-se.-----

E por isso, eu que também uso as redes sociais, não posso deixar de ver, de ler e ouvir o que por lá se passa e hoje as redes sociais são realmente incontornáveis, para obter bons e maus resultados, que sendo ali reunidos, não substituem os argumentos que devem ser tidos e o papel dos órgãos institucionais.-----

E queria falar muito, concretamente do processo 488/21 – gold mountains company, lda que já aqui passou nesta Assembleia, que já foi aqui tratado, várias vezes, que já mereceu várias intervenções de todos os grupos municipais e que tem a ver que tecnicamente é o processo, processo que nós conhecemos pelo antigo armazém das

frutas Douro Sul (processo de embargo do antigo armazém das frutas Douro Sul) penso ser importante dizer duas coisas:-----

Uma que é, formal, institucional e factual a outra que é política e que também me parece factual.-----

Em relação à questão formal e institucional, muito sinteticamente o que sabemos:-----

1 – que o processo começou em 17.8.21, ou seja ainda no mandato anterior com a constituição do processo, de elementos e pareceres; 2 – Em meados de outubro há mudança da liderança política do executivo;-----

3 - em 17 de fevereiro é emitido o despacho de deferimento do licenciamento e em 3 de março é emitido o alvará;-----

4 - Em 8 de março é proposto a revogação do ato de licenciamento com suspensão imediata das obras e cassação do respetivo alvará de obras.-----

Mais é o próprio senhor Presidente de Câmara que nesta Assembleia Municipal, em abril de 2022, em Magueija assume que de facto a obra não cumpria a disposição do plano de urbanização relativa à cércea, em altura, pelo que se tomaram as medidas necessárias para embargar a obra.-----

Há portanto aqui, claramente, a capacidade de assumir o que é preciso corrigir, e a capacidade de o implementar, com transparência, num processo que começa no mandato anterior e tem continuidade neste.-----

Estes são os factos sobre os quais os órgãos próprios (polícia judiciária e ministério público) se hão-de pronunciar, como todos nos sabemos.-----

Até lá, são suposições, juízos de valor e opiniões e eleições políticas que, parece a campanha eleitoral desbloqueia e enfatiza, em comentários que parecem querer regressar ao um certo estilo de fazer e dizer política.-----

E aqui a minha segunda factualidade política.-----

Pensei que o Partido Socialista já tinha aprendido a lição, mas pelos vistos não. Eu explico. Nos últimos anos andaram numa deriva vertiginosa e incansável atrás das inspecções, dos crimes, das acusações, das denúncias, da má-fé das pessoas, da falta de carater, dos estrangeirismos, de secreta esperança de ganharem na secretaria e depois vai-se a ver e nada...-----

O povo, o sábio povo, os eleitores Lamecenses não valorizam e valorizam e valorizaram o que é importante valorizar.-----

O desenvolvimento da cidade, a melhoria das suas condições de vida, os projetos e as obras que o Município precisa de fazer e nunca chegam, o trabalho com os presidentes de junta e o conhecimento das necessidades das

peessoas, de cada pessoa de quem se lhe conhece o nome e se lhes franqueia a porta do Município.-----

E é isto que o PS não sabe fazer e não percebe e é por isso que no mandato anterior perdeu a grande oportunidade de voltar a ganhar as eleições.-----

Ganhou em 2017 porque Francisco Lopes não pode concorrer e o PSD/CDS dividiram-se num processo que também não se percebe e depois, em 2021 o PS não consegui ser melhor que o único município do país, apesar de ter um governo do PS, de ter toda a máquina municipal e eleitoral do seu lado, mesmo assim o PS consegue perder a eleições logo no primeiro mandato. Porque? Estamos em tempo de pré-campanha eleitoral, acho que vale a pena de perceber isto.-----

Enfim. Coisas de Lamego.-----

Por isso, em síntese deixemos o processo correr onde tem que correr. Como todos os outros depois se verá, e quanto as eleições, falemos de futuro, de propostas novas e diferenciadoras que este município e os lamecenses continuam a necessitar e apreciar.-----

Quanto ao PS, lá saberá, certamente tem uma boa estratégia gizada e consensual no partido, mas se é importante falar do passado, e é, é também para aprender com os erros.-----

Pergunto por isso ao Senhor Presidente de Camara como está este processo de embargo e demolição das obras do antigo armazém das frutas Douro Sul.-----

Usou da palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir o seguinte:-----

“Cumprimento todos os presentes nesta sala, especialmente à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Várzea de Abrunhais, por nos acolher em mais um momento tão importante do nosso Município, e claro também, cumprimentar todos aqueles que nos acompanham pelas redes sociais. -----

Eu, inicialmente gostaria de primeiro fazer uma abordagem, que tem a ver, neste caso, com o funcionamento do ATL, tenho aqui algumas considerações a colocar ao senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Nós tivemos conhecimento de que existiram vários problemas na inscrição através da plataforma que foi, digamos assim, usada para esse efeito. Vou dar aqui um exemplo, várias pessoas que dentro do prazo chegaram ao número duzentos de inscrições e os duzentos e um já não conseguiu fazer a inscrição. Ou seja houve uma limitação na plataforma, incorrecta, que terminou nas duzentas inscrições. Ora se e olhando para aquilo que são as normas de funcionamento e comparticipação familiar a nível do ATL, foi aprovado pelo Executivo Municipal, e que diz o seguinte: “A ausência da documentação obrigatória, implicará a não-aceitação da inscrição”. E agora a questão a esta, ou seja se terminou nos duzentos e se vai existir a possibilidade de haver a

anulação de algumas inscrições, de que forma a que essas inscrições poderão ser substituídas? Não existe. Este era um alerta que gostaria de fazer, de facto, foram várias pessoas que nos fizeram chegar essas queixas e nós gostaríamos de alertar o executivo municipal para isso.-----

Além disso, também gostava de fazer uma reflexão, relativamente também a essas normas de funcionamento, e que tem a ver neste caso com a prioridade que é dada, digamos assim, às pessoas que no âmbito profissional estão, neste momento, a trabalhar. E falando naquela questão de apenas ser uma família monoparental, ter apenas uma pessoa a trabalhar, mas o que é certo, muitas das vezes, isto é um facto, nós podemos ter situações em que, devido ao desemprego, alguém, realmente, não tenha a possibilidade de fazer, digamos, esta atualização do ATL.-----

Imaginem um pai que está desempregado, mas que está numa forte procura ativa de trabalho e até pode, inclusivamente, alguns dias após essa procura ter a felicidade de estar a trabalhar, mas que depois se vê limitado relativamente a ter os seus filhos no ATL, por isso, acho que estas crianças, já não é fácil verem os pais empregados, possam ser limitados para partilhar estas vivências com os seus colegas da mesma idade, que pra isso por ter realmente umas férias também que sejam confortáveis e que sejam justas. Por isso quero deixar aqui este alerta para que, realmente, estas crianças, que já têm infelizmente algumas limitações da sua vida, devido ao desemprego dos seus pais, não estejam também limitados, digamos assim, no seu Verão e na partilha de vivências com os seus colegas. -----

Relativamente àquilo que o meu colega e amigo membro José Manuel Correia falou, bom, nós bem sabemos que as nossas Assembleias Municipais são transmitidas nas redes sociais, e por isso, esse tem sido e bem para mim, um facto muito importante de transmissão e até de clareza para com os nossos cidadãos lamecenses daquilo que é discutido aqui.-----

Por isso não consigo aceitar aquilo que diz, relativamente àquela questão de usar as redes sociais para partilhar alguns assuntos, daquilo que é o quotidiano da nossa sociedade. Podemos não concordar, mas isso é normal isso acontecer, até, porque temos aqui o exemplo, este foi exemplo acordado por todos para fazer conseguir fazer transmitir aquilo que aqui era debatido.-----

Mas vamos a factos, porque o Partido Socialista não é bem assim como está a dizer, até porque eu ouvi atentamente aquilo que disse, uma coisa é a construção concreta e correta daquilo que deve ser uma estratégia para o Município. E aquilo que apresentou aqui não foi nenhuma estratégia, foi aliás, dar ainda mais de razão àquilo que estava a defender que não devia acontecer. Ou seja, foi realizado um conjunto de posições a nível das redes sociais, que disse que não devia ser valorizadas, mas acabou por trazê-las aqui. E acho que isso anulou logo aquilo que falou, que não devia ser uma estratégia da utilização das redes sociais.-----

Relativamente aqui à questão do edifício que falou, ou seja a obra do Centro Vínico, junto à Rotunda Rui Valadares.-----

Bom, há aqui factos que são importantes e vou focar nesses factos, porque nós já debatemos várias vezes nesta Assembleia Municipal. Eu próprio, inclusivamente, numa Assembleia Municipal tive a oportunidade de reforçar o pedido junto do Executivo Municipal, para que aquela obra, que está, neste momento no ar, fosse demolida. E foi explicado que não era possível ainda efetuar esse procedimento.-----

Mas voltando àquilo que é o início, vamos a factos, a obra foi licenciada por despacho do senhor Vereador das Actividades Económicas e Urbanismo em 17 de fevereiro de 2022. Foi na coligação PSD/CDS que este despacho foi emitido. E sobre uma informação técnica que mereceu a concordância do Chefe de Divisão e Urbanismo. Este é um facto.-----

Depois, inclusivamente, foi preciso que um conjunto de pessoas alerta-se o executivo municipal, para que uma cerca, com treze metros estava a ser construída. Agora se o nosso plano de organismo apenas permite uma cerca de sete metros, claro que não seria possível a olho nu, verificar uma situação dessas a acontecer. Isto são os factos. O que é certo, houve um embargo da obra, aquilo que nos pretendemos neste momento, e não é estar a chover no molhado, isso já foi discutido aqui, não devia ser trazido novamente, mas o que acontece que nós, neste momento, queremos aquilo demolido, porque aquilo é uma aberração que está lá neste momento.-----

Também gostaria de dizer e o membro José Manuel Correia foi trazer projetos, aquilo que tem sido realizado. Ora bem, isto também me apraz dizer, porque não trazer aqui a lista de projetos que foram aprovados pelo governo do partido Socialista, neste executivo municipal e que foram, inclusivamente, iniciados pelo partido Socialista. Bom não sairia daqui. Isto aqui não é importante demonstrar quem que tem a grande, digamos assim, validade em terem colocado o projeto, em ter iniciado e ter terminado. Isto é uma verdade, nós iniciamos, vocês vão terminar. Muito bem, é assim que decorre e isto é que é a democracia. É isso que nós devíamos fazer. É neste momento, até porque eu acho que este não é o momento certo para estar a debater, porque estamos em véspera de eleições autárquicas, e acho que nós temos uma agenda mais importante. Cada partido político deve demonstrar aqui que pretende para o seu futuro do nosso Município, isso é o que é mais importante. Porque se fossemos agora, enquanto partido Socialista, estar a responder pormenorizadamente àquilo que o membro José Manuel Correia disse não iríamos sair daqui.-----

Por isso fico por aqui para já.-----

*Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para responder ao membro Romeu Sequeira:-----*

“Só para esclarecer, penso que houve aqui algum deficit, alguma dificuldade ou eu não me exprimi bem o que eu disse. As redes sociais são válidas, mas é aqui o lugar

também para discutir estes assuntos e é aqui que estou a discutir, não nas redes sociais, nunca me viram nas redes sociais. Mais, sim senhora, estamos em véspera de eleições autárquicas, este assunto foi trazido nas redes sociais em véspera de eleições autárquicas. Mais não trouxe lista de projetos nenhuns, só trouxe aqui uma ideia importante, é que o partido Socialista não aprendeu a lição, volta a não ser capaz de focar na obra feita, volta a não ser capaz de se focar na construção e no processo positivo e continua outra vez a narrativa de Policia Judiciária, auditorias e inspecções e companhia Lda. Foi isto que eu disse.-----

Uso da palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção:-----

“ Cumprimento todos os presentes nesta sala e todos aqueles que nos seguem através das redes sociais:-----

Lamego vai perdendo entes queridos que demonstraram, ao longo da vida, o gosto e a ambição de elevar, no contexto nacional, a região que idolatraram, refiro-me a Mário Botelho, ao Prof. António Reis e a Fernando Teixeira. Quero parabenizar a Pastelaria Rua Nova pela valorosa participação no concurso “A melhor bola de Lamego”, realizado em 4 de junho, no Centro Multiusos.-----

Desejo evidenciar os colaboradores desta autarquia pelo apreço que têm pelos valores identitários de Lamego Joaquim Mateus, Susana Carneiro, Ricardo Pereira e ainda Mabilde Lopes revelaram bondade, dedicação e amor pela coisa pública.-----

Sem grandes preciosismos, as eleições realizadas em maio contribuíram para alguma clarificação: os partidos extremistas de esquerda ficaram reduzidos à sua insignificância, apesar da cobertura jornalística e das sapientes análises dos comentadores. A AD, apesar das pretensiosas análises dos doutrinadores de esquerda, obtiveram o apoio maioritário do povo português. Continuamos com o mesmo Presidente da Assembleia da República e com o mesmo primeiro-ministro. O país está saturado do canto da cigarra e preferiu pelo labor incansável da formiga.----

Quanto às concretizações da nossa Assembleia Municipal, cada um de nós deve fazer uma análise criteriosa e consciencializar-se se contribuiu, com o seu exemplo, com a sua palavra, para uma melhor gestão da coisa pública. O silêncio e a surdez, alimentam a prepotência, a sobranceira, a negligência -----

Lamego, cidade que bem-queremos, exige políticas orientadas para o futuro, sem obras megalómanas. Essas obras encantam os olhos, mas hipotecam o futuro das novas gerações que não se revêem nelas e procuram outros contextos geográficos”.

Usou da pala o membro **Alexandre Hoffmann** para dizer o seguinte:-----

“Parece-me que o Chega está a voltar à barriga da mãe, o senhor Presidente tem um problema de quadros para resolver, agora nas próximas autárquicas.-----

Cumprimento todos os presentes nesta sala e hoje em particular na pessoa da senhora Presidente de Junta da Freguesia de Várzea de Abrunhais.-----

Começo por introduzir uma nota de saudação à justa luta dos viticultores durienses, que viram a sua situação degradar-se francamente nos últimos anos. Nesta região demarcada do Douro, os construtores do Alto Douro Vinhateiro, da paisagem humanizada, que caracteriza este Douro, Património da Humanidade, têm vistos os preços pagos à produção a manterem-se os valores dos anos dois mil, com os custos a aumentarem, sobretudo, a partir de 2022. No acentuar do desequilíbrio entre o poder de mercado das grandes casas comercializadoras e exportadoras e dos viticultores, em particular dos pequenos e médios produtores, antevê-se agora um terramoto económico-social na região, onde estes milhares de agricultores têm sido ostensivamente deixados à merce, onde uma engrenagem que esmaga, deliberadamente produtivo da região, assente em muitos milhares de pequenos e médios produtores.-----

Caros senhores, as ameaças que pairam para esta campanha para 2025, apontam para novo agravamento da situação região, em concreto a chantagem exercida algumas das casas comercializadoras e exportadoras e também da intenção que existe de promover o novo corte quantitativo do benefício.-----

É preciso agir, e os viticultores tomam nas suas mãos a exigência para as respostas desnecessárias e estarão no próximo dia dois de julho, numa manifestação do seu futuro, mas também, seguramente, pelo futuro da região. Facto, pelo qual o partido Comunista Português saúda e associa-se a esta luta e coloca-se de lado das suas exigências, das exigências dos viticultores, apelando ainda à mobilização e participação das forças vivas culturais, políticas e sociais durienses nesta manifestação.-----

Senhor Presidente da Câmara sobra-me ainda colocar-lhe duas repetidas questões, às quais, naturalmente, pretendíamos ouvir, respectivamente, duas concretas e também definitivas respostas.-----

Primeiro podem esperar os trabalhadores da Câmara Municipal resolvida a questão dos valores suplemento, penosidade e salubridade que estão em falta desde o início de 2021, como é obrigatório por Lei até meados de 2023, período em que começou o Município proceder ao pagamento e portanto pergunto se podem esperar ver até ao final deste mandado resolvida esta questão.-----

Caro senhor Presidente da Câmara, é importante que esta Instituição respeite os seus trabalhadores, cumpra, naturalmente com as suas obrigações. E continuaremos nós, partido Comunista português atentos e solidários com esta reivindicação, que mais não é, um imperativo legal a Câmara Municipal de Lamego assim incorre num incumprimento jurídico, pois o PCP está com os trabalhadores e apoiará toda e qualquer forma de protesto que decorra desta situação, da sua vontade e dos seus legítimos representantes que são os sindicatos.-----

Segundo e último caso, senhor Presidente da Câmara, se não se encontra noutro enquadramento ilegal, pelo menos em nossa opinião, encontra-se num incumprimento institucional e francamente pouco democrático para com esta Assembleia Municipal.

Aprovou este órgão, já há dois anos a moção exigindo a mudança de nome da Rua 28 de Maio, com proposta para Rua da Liberdade. Para quando o senhor Presidente da Câmara o cumprimento e o respeito das deliberações deste órgão, para quando a munda de uma rua que evoca a data do golpe militar fascista, que deu início à mais longa ditadura na Europa. Num momento de tão particular sensibilidade para a democracia portuguesa e para as democracias internacionais, pelos motivos óbvios que me escuso aqui, sobretudo, porque não tenho tempo para os referi.-----

Seria um sinal de compromisso de conceitos democráticos, tanto da parte do senhor Presidente da Câmara, como da própria Mesa da Assembleia, que tanto quanto se saiba, não se pronunciou junto do executivo o cumprimento desta moção, desta moção que votamos todos a favor.-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para responder à intervenção do membro Alexandre Hoffmann: -----

“Não vou comentar as afirmações do partido Comunista Português, é perder tempo, as últimas eleições só mostraram que os portugueses não querem esse partido”

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para responder às perguntas que lhe foram colocadas:-----

“Cumprimento todos os presentes nesta sala, especialmente a senhora Presidente de Junta de Várzea de Abrunhais, é um prazer enorme reunirmos neste espaço, onde vimos tantas vezes, é um Centro Cívico que simboliza aquilo que as Juntas de Freguesia podem e devem fazer pelos seus fregueses, pelos cidadãos da sua freguesia. É um espaço que abre para imensos encontros, imensos convívios, confraternizações, iniciativas de diversa ordem, promovidas pela Junta de Freguesia, pelas comissões de festas, pelas diversas associações e coletividades da Freguesia de Várzea de Abrunhais. É por isso muito bom poder estar aqui num ato mais formal e solene municipal, sendo que, também venho aqui sempre com muito gosto, quando são confraternizações e convívios a que gosto muito de assistir.-----

Quero agradecer a receção à Junta de Freguesia de Várzea e felicitá-la pelo trabalho que desenvolvem na freguesia e muito especialmente pela dinamização deste espaço em favor da população de Várzea de Abrunhais.-----

Respondendo às questões que foram suscitadas nesta primeira ronda, eu queria também congratular, penso que já o fiz em reunião de Câmara Municipal, com a inscrição da Procissão de Nossa Senhora dos Remédios, na lista de património imaterial, é um processo que é muito importante, é muito significativo, posto que se trata de uma tradição muito antiga, que tem que sobreviver aos desafios de alguma

modernidade, de alguma pressão sobre as mesma se coloca, esta inscrição é, efetivamente, muito importante. -----

Temos uma outra a decorrer, que tem a ver com a Máscara do Entrudo de Lazarim, esperamos também muito proximamente, que tenha seguimento quer na inscrição de património imaterial e nacional quer na inscrição junto da Unesco como medida de boas práticas.-----

Relativamente à questão que foi colocada quer pelo membro José Manuel Correia quer pelo membro Romeu Sequeira em relação ao processo das antigas instalações das Frutas Douro Sul, queria dizer que, objetivamente o processo de demolição está pendente de uma decisão judicial, posto que houve oposição por parte do promotor à demolição e há ainda um segundo processo de oposição judicial à anulação do licenciamento e que incluiu também um pedido de indemnização, que está a ser feita ao Município. Estes processos estão a decorrer normalmente e estão a ser contestados judicialmente pelo Município. -----

Relativamente ao outro processo, ou seja o processo foi objeto de uma denuncia, foi objeto de buscas pela policia judiciária e está a decorrer junto do Ministério Público e na Policia Judiciária um inquérito. Sobre isto não vou aqui dizer nada, porque já o disse na Assembleia Municipal que decorreu em Valdigem, já o disse na reunião de Câmara. Já tive por isso uma acusação do anterior Presidente da Câmara Ângelo Moura, que me levou a Tribunal, também esse processo já foi arquivado. E por isso eu poderia aqui repetir o que disse a esse respeito, mas vou simplesmente dizer que o que consta do processo é que houve um acordo, um compromisso, um entendimento, entre o anterior Presidente da Câmara e o promotor sobre este assunto. E que esse entendimento teve a ver com o desenvolvimento daquele projeto, daquele exato projeto, naquele sitio e num conjunto de interesses que estiveram subjacentes à valorização daquele espaço. Sobre isto não direi mais, está a decorrer um processo de inquérito, que terá a sua conclusão, espero que a conclusão seja pelo arquivamento, espero que a conclusão dos processos judiciais, que foram interpostos contra o Município nos seja favorável, para que aquela obra possa ser demolida e aquele espaço volvido a outra utilização consentânea com a dignidade e a dimensão daquela zona da cidade e daquele espaço em concreto.-----

E portanto, sobre isso, eu queria dizer que não vale a pena fazer política com aquilo que não é da política. Aquilo que é da política foi desenvolvido em devido tempo, por um executivo municipal e pelo que se lhe seguiu, tudo o resto está a cargo das entidades judiciais, sobre o mesmo se pronunciarão.-----

Em relação à lista de projetos aprovados pelo partido Socialista, eu gostava de ver essa lista, porque não há um único projeto, estou a repetir-me, já várias vezes nesta Assembleia. Não há um único projeto que tenha sido elaborado pelo partido Socialista entre 2017 e 2021, se não tragam, tragam a adjudicação do projeto, mas não há, é

escusado, é escusado vir ali aquele púlpito falar dos projetos que foram lançados entre 2017 e 2021, porque, simplesmente não há. Os projetos que foram lançadas eram projetos do PEDU que vinham do mandato 2013 a 2017.-----

Relativamente às questões suscitadas pelo membro Alexandre Hoffmann associo-me, obviamente à defesa dos viticultores durienses. Associo-me à necessidade das mais-valias do Vinho do Porto e dos Vinhos do Alto Douro serem distribuídas de forma justa, pelos diversos atores do setor e garantindo para os produtores, para os pequenos viticultores uma mais-valia adequada pelas uvas que cultivam com tanto esforço e sacrifício, e que entregam às Adegas Cooperativas, Empresas Exportadoras ou a outros operadores do setor. É muito importante que quem construiu uma paisagem, de que tanto nos orgulhamos e de que tiramos hoje tanto benefício através da exploração turística da nossa região, que tenha o devido pagamento pelo seu trabalho. Infelizmente isso não está a acontecer e infelizmente isso também não aconteceu.---

Na reunião da Comunidade Intermunicipal do Douro, na última quarta-feira, tivemos oportunidade de discutir este assunto, eu relembrei uma coisa. Vai haver uma manifestação de viticultores do Douro, e eu vim para esta região em 1992, o que é que eu encontrei? Uma manifestação. E fui ao Dr. Google perguntar manifestação viticultores 1992 e o que eu encontrei, os viticultores do Douro manifestaram-se na Régua contra a casa do Douro e tal motivou uma intervenção da polícia de choque.

O que é que nos temos agora? Uma Casa do Douro desactivada, pelos vistos não tem sequer dinheiro para pagar as contas e os viticultores a manifestarem-se contra quem? Contra as empresas exportadoras que promovem e vendem o vinho do Porto um pouco por todo o Mundo. Contra as Adegas que deviam receber as suas uvas e têm limitações e não o fazem. Contra os outros intervenientes que são empresas mais ou menos globais na região e noutras regiões vitivinícolas do país. E que obviamente fazem o seu negócio e não olham com preocupação pelo tecido social do Douro. È óbvio que nós temos uma situação explosiva do Douro, mas não é de hoje, é, provavelmente desde há mais de dois séculos, quando do Marquês de Pombal criou a Região Demarcada e é, seguramente, as últimas décadas, quando o modelo institucional do Douro colapsou, faliu e os viticultores deixaram de ter uma representação adequada em qualquer uma das instâncias que o devia fazer. -----

E esta é uma situação que nos preocupa muito. E o que os municípios decidiram, os Municípios do Douro é que esta .remos sempre e apenas na defesa dos viticultores e dos seus legítimos direitos. Estamos a fazê-lo junto das instituições que regulam o setor vitivinícola na região e no país, e também junto do Governo, para que, efetivamente, possa corrigir a situação que se avizinha catastrófica da próxima vindima e garantir que tudo decorrerá com normalidade. Que todos aqueles que trabalharam durante o ano nas suas vinhas, têm um destino para as suas uvas e conseguem receber pelas mesmas um preço justo.-----

Em relação às duas outra questão que colocou, nomeadamente, em relação ao subsídio de salubridade, já lhe referi anteriormente, que não se pode pagar aquilo que se desconhece. Ou seja se o Município não tiver registo dos trabalhadores de um determinado dia, tinham direito a esse subsídio, porque na altura o subsídio não estava ainda determinado e a ser atribuído e não houve esse registo, temos dificuldade em fazê-lo de uma forma justa. -----

E em relação à toponímia, a toponímia tem procedimentos normais, inclusive uma comissão de toponímia independente, que está a fazer o seu trabalho e que continuará a fazê-lo”.-----

*Tomou a palavra o membro **Marta Santos** para proferir a seguinte intervenção: “Cumprimento todos os presentes nesta sala e todos aqueles que nos seguem através das redes sociais.-----*

Permitam-me, começar por saudar a recente criação do Conselho Municipal da Juventude em Lamego. Esta é, sem dúvida, uma medida positiva, que vem dar resposta à necessidade de envolver de forma mais estruturada e representativa os jovens na vida política local. É também importante lembrar que esta não é uma ideia nova. Esta foi, aliás, uma das primeiras propostas apresentadas pela Juventude Socialista no início deste mandato na assembleia municipal. Fizemo-lo não por conveniência política, mas por convicção: acreditamos que os jovens merecem ter voz, espaço de participação e responsabilidade nas decisões que moldam o presente e o futuro do concelho. Passados quase quatro anos, e com as próximas eleições Autárquica já no horizonte, o executivo municipal decidiu finalmente avançar com esta medida. Naturalmente, congratulamo-nos com o passo dado. A criação do Conselho Municipal da Juventude é uma conquista da juventude do nosso concelho — e é, também, o resultado direto da ação da Socialista para os jovens lamecenses.-----

Mas é legítimo perguntar: porquê agora? Quando poderíamos ter ganho tempo, ideias, envolvimento, já ao longo de alguns anos.-----

Apesar disso, o mais importante é que o Conselho foi finalmente criado. E agora, o desafio que se segue é garantir que não seja apenas um órgão decorativo ou simbólico, mas sim um espaço real de escuta, de diálogo e de influência. A Juventude Socialista continuará disponível para contribuir de forma ativa e responsável para que o Conselho Municipal da Juventude tenha vida própria, autonomia, e resultados concretos. Termina com uma palavra de incentivo a todos os jovens do nosso concelho: este é o vosso momento. Participem, envolvam-se na vida política e façam-se ouvir. -----

*Usou da palavra o membro **Constantino Vaz** para referir o seguinte:-----*

“Cumprimento todos os presentes nesta sala e em particular à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Várzea de Abrunhais, todos os seus elementos da Junta e da Assembleia de Freguesia e todos os habitantes desta freguesia. -----

Senhor Presidente da Câmara o que me traz aqui é para lhe por duas questões: a primeira é relativa à situação em que está a habitação para estudantes. Quando se prevê a utilização do edifício.-----

A segunda questão era para também saber em que situação está a habitação social do Concelho, se está em desenvolvimento ou se está paralisada. -----

Por outro lado também queria por aqui, mas aqui quero saudar e congratular-me com a aprovação das obras no Mercado Municipal para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, isto é uma luta que vem de alguns anos a esta parte, ganhamos a luta”.-----

*Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para fazer a seguinte intervenção:-----*

Cumprimento todos os presentes nesta sala, a todos aqueles que estão lá em casa a acompanhar esta sessão e logicamente, porque estamos em Várzea de Abrunhais, endereço logicamente na pessoa da senhora Presidente de Junta, um cumprimento especial a todos e todas varzeenses.-----

Senhor Presidente da Assembleia, antes de mais queria logicamente dirigir duas palavras ao membro Constantino Vaz por esta bela, esta pequena sessão de discos pedidos, é sempre bom, nós assistirmos e portanto desde já o meu cumprimento especial. -----

Mas queria também tocar aqui num assunto que diz respeito ao membro José Manuel Correia, eu compreendo a indignação que trouxe aqui, quando se diz “ah vocês falam muito por causa da polícia judiciária, só falam da polícia judiciária”.-----

Aconselho o membro José Manuel Correia uma coisa que acho também que pode ser que funcione. Não sabe se será na sede do PSD, não sei se já têm nova sede, não se tem se não tem. Mas seja onde for, nem que seja num café qualquer da cidade de Lamego, façam uma carta, até para desenvolver aquilo que é o trabalho do CTT e escrevam para a polícia judiciária, uma carta dirigida ao senhor Diretor e digam claramente para não virem cá, não venham que isto é uma chatice, isso dá má vizinhança, as pessoas não gostam, vocês vêm cá e depois fica tudo virado do avesso, as pessoas comentar. Pode ser que a coisa resulte. Sabe qual o problema é que nós quando trazemos estes assuntos aqui, infelizmente, são assuntos políticos. A vinda, logicamente da Polícia Judiciária ou de um qualquer processo de investigação, quando envolve o Município, envolve uma Junta de Freguesia quer que seja, quer se goste ou não é também com motivação política. É um facto político, nós podemos não gostar ou não nos dar jeito ou criar má vizinhança, mas temos pena. -----

E portanto, logicamente, não se vão colocar mordças só porque é chato. Não, falemos e falemos logicamente daquilo que é o facto político. Já o disse aqui várias vezes, em várias situações, que nós não dizemos, devemos separar a água corretamente. Uma coisa é aquilo que é a presunção de inocência, e portanto, é verdade que até transitar em julgado as pessoas são inocentes, as próprias

instituições podem ser inocentadas, ou estão inocentadas pela sua própria natureza. Agora isso não deixa de ser um facto político, o membro José Manuel Correia sabe, perfeitamente, que a polícia judiciária não costuma ir a sua casa com muita frequência, e não foi que você escreveu para lá que aquilo dá má vizinhança, nem a minha casa também não vão. E portanto, esse acto não é propriamente normal. -----

E também sabemos que regra geral, não vão só porque alguém se lembra de fazer uma qualquer denuncia disparatada. Agora, isto tudo que estou a dizer, também não quer dizer que haja propriamente um crime no final, portanto isso dou de barato.

Dei conta que o senhor Presidente da Câmara, certamente, foi por lapso, não disse uma única palavra sobre o que está a decorrer no ATL, não disse uma única palavra, foi questionado, foram colocados aqui alguns pontos, mas, provavelmente esqueceu-se, não disse uma única palavra.-----

Senhor Presidente da Câmara, acho que, de facto, tem que explicar, exatamente aquilo que se está aqui a passar, os pais e as mães de crianças lamecenses querem saber, exatamente o que é que se está a passar. E permita-me dizer, tal e qual, é que eu ainda por cima, em relação a este assunto, o senhor Presidente da Câmara já devia vir preparado, mas não. Trataram mais uma vez, de tratar isto com os pés. Ainda se fossem como o Cristiano Ronaldo a coisa ainda era bem tratada, mas não, isto foi mesmo à cacetada e à canelada. E portanto, sim, o processo correu mal, porque abriram um conjunto de inscrições, findas essas inscrições, não houve sequer possibilidade de verificar os processos que deram entrada tinham ou não validade.

Não é disparate absolutamente nenhum. Eu sei que não lhe dá jeito e por isso o senhor Presidente da Câmara não respondeu a essa questão. Mas, Agora, logicamente, terá que o fazer, terá que responder. -----

Senhor Presidente da Câmara não vou tocar outra vez no assunto que trouxe aqui das antigas instalações das Frutas Douro Sul, mas vou-lhe fazer uma pergunta, uma pergunta sim ou não, muito fácil e muito rápida. Pergunto-lhe apenas se já houve alguma decisão em primeira instância, sendo certo que é passível de recurso, se já houve ou não alguma decisão em primeira instância no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu sobre o assunto, que aqui anteriormente foi comentado. Nada mais. Apenas isso. Não quero saber, rigorosamente, de mais coisa nenhuma, quero apenas saber se já houve uma decisão, se já houve ok, certamente irá dizer, se não houve, pronto, para futuras núpcias, certamente o tema voltará outra vez.-----

Também para terminar e porque se falou aqui de muita obra, e de coisas que estão bem. E atenção, também já o disse aqui, que muitas das coisas que correm ou ainda poderão decorrer, nós também não tivemos qualquer tipo de problema e pudor em, logicamente, viabilizar aquilo que é importante para Lamego. Mas há aqui dois assuntos que eu sou obrigado a trazer, até porque estamos quase em processo de

campanha pré-eleitoral, e parece que nós temos sempre falta de memória, de pois de um ciclo para o outro. -----

Lembro-me perfeitamente há quatro anos atrás, o que foi dito sobre o estado em que estava o Multiusos de Lamego, estado de degradação exterior e interior, por aí fora. O que foi dito, o que se disse, os vídeos que foram feitos, aquelas imagens completamente resplandcentes. Pergunto mas feito alguma coisa entretanto? Aquilo não está num estado mais deplorável? Não está num estado de degradação inconcebível. Eu gostava de saber se, de facto, está alguma coisa prevista, projetada. Certamente que me vão dizer que sim, porque agora neste período promete-se tudo e mais umas léguas. Mas, gostaria de saber, de facto, o que é que foi feito para dar a tal dignidade que Vossas Excelências tanto apregoavam para um edifício que mais parece um bunker em estado de guerra.-----

E por ultimo, senhor Presidente da Câmara a gente tem visto um conjunto de propaganda eleitoral espalhada um pouco pelo Concelho, mas logicamente mais centralizada na cidade de Lamego e essa propaganda tem a ver exatamente com as obras que ou decorrem ou ainda irão decorrer sabe-se lá quando. -----

Mas há uma que tenho que lhe perguntar, porque nós já tivemos essa conversa na ultima Assembleia, que tem a ver com a Escola da Sé. Como é que está o processo da Escola da Sé neste ponto. É que a colocação daquele cartaz de propaganda eleitoral, às portas da Escola; das duas uma ou aquilo, de facto, já está o empreiteiro escolhido, já tá tudo tratado e vão já começar as obras e pasme-se, pasme-se, o Município já contraiu então e já deve ter já em sua posse o financiamento de mais de nove milhões de euros, gostaria de saber quando é que vão arrancar, vão arrancar antes do inicio do ano lectivo, vão já a começar a partir da próxima semana. É que muitas das vezes nós temos este instinto. Acho que é da época. Não sei se é uma questão de hormonas espalhadas pelo ar, mas dá-nos sempre aquela vontade exacerbada, isto é transversal a toda a gente. Não é um problema centralizado e Vossa Excelência esqueça lá isso. Mas dá-nos às vezes aquela vontade ávida de desatarmos a propagandear aquilo que é e o que não é. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para responder às questões formuladas:

“Relativamente à intervenção do membro Marta Santos, quero também congratular-me pela importância que dá ao Conselho Municipal da Juventude e pela forma como se manifesta, empenhada em participar no funcionamento do Conselho Municipal de Juventude. Infelizmente só temos duas associações juvenis inscritas no Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ), isso talvez o membro Marta Santos possa ter também um papel nesse campo, porque é muito importante que os nossos jovens tenham a consciência que a participação não se faz apenas a nível individual partidário, faz-se também nas instituições de juventude, porque são elas que devem

em primeira linha ser os interlocutores dos jovens e os representantes no Conselho Municipal da Juventude.-----

Quanto ao facto de só agora ser constituído, a publicação no Diário da República foi no dia 16 de maio passado, a instalação do Conselho decorrerá na próxima sexta-feira, o partido Socialista teve também, exatamente, quatro anos para o fazer e não o fez. Nós estamos a fazê-lo apesar ser no fim do mandato. Espero que o Conselho, efetivamente produza trabalho útil junto dos nossos jovens e que as suas posições sejam tomadas pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal e consideradas futuramente nas deliberações que aqui tiverem que ser tomadas.-----

Em relação às questões do membro Constantino Vaz, dizer que a residência de estudantes, o Bloco 1 já está quase concluído, já tem móveis, está mesmo na fase final de conclusão dos trabalhos. E o Bloco 2 está será entregue em princípio no final de agosto, ou seja a 31 de agosto, de modo a que no mês de setembro as residências já possa receber os quarenta e seis inquilinos que ali vão residir durante o próximo ano lectivo.-----

Quero também dizer a esse respeito que estamos já a preparar a segunda residência universitária ou eventualmente uma residência que terá duas componentes: uma residência universitária e uma residência para estudantes do ensino profissional, posto que, torna-se cada vez mais difícil encontrar opções de ensino profissional nos concelhos mais pequenos, onde já não dá para criar sequer uma turma de oferta formativa, já se fazem meias turmas de oferta formativa, e portanto Lamego pode concentrar a partir das diversas escolas, desde a Escola. E Hotelaria, o Colégio de Lamego e sobretudo a Latino Coelho e Novo Centro Tecnológico Especializado, que pode concentrar a oferta formativa nessa área. -----

Em relação à Habitação Social, a habitação Social está em construção, das 121 habitações que temos em construção, já estão em construção o Bloco de Cambres, as habitações de Nazes, São Gens, dos Bombeiros, da Ponte de Pau e de Santo António, e em Nazes estão em construção as 27 moradias e um bloco de 21 apartamentos. Faltam apenas iniciar os dois blocos 2 e 3 de Nazes, onde, efetivamente temos ainda um morador, dos 27 moradores de Nazes, das barracas de Nazes já mudamos todos, exceto um morador que está a bloquear este processo e que iremos nas próximas semanas resolver. -----

Temos cerca de 150 famílias inscritas no processo de realojamento, portanto já temos mais famílias do que aquelas que temos casas, e portanto estamos a ponderar no lote 2 de Cambres e nos lotes 4 e 5 de Nazes, fazer mais habitação com custos controlados se ainda houver financiamento ou então alienar para a construção. Sendo que em relação a um destes lotes estamos em negociação com o fundo de investimentos, que está interessado em adquirir o lote e construir alojamento para

funcionários das unidades hoteleiras da região, nomeadamente aquelas que são detidas por esse mesmo fundo.-----

E por isso a nossa expectativa é que no final deste processo possamos ter cerca de 200 novas habitações entregues ou em renda apoiada ou alienadas, vendidas a preço de custo ou sensivelmente a preço de custo. -----

Este é um projeto de grande importância, face à enorme dificuldade habitacional que se verifica no Concelho de Lamego, face à carência de promotores imobiliários e de construtores, não temos praticamente ninguém a construir hoje na cidade de Lamego, apesar de estarmos a verificar um conjunto significativo de imóveis em reabilitação, alguns deles com alguns inconvenientes, porque é necessário montar as gruas na via pública, para que se possam fazer essas construções. Mas ou bem que temos a reabilitação do edificado que está em decadência, em ruína e ajudamos ou então não teremos e continuaremos a ver a cidade a degradar-se.-----

E por isso, quero deixar uma mensagem de confiança, não apenas às pessoas que estão inscritas na lista de realojamento que já temos, essas 150 famílias. Mas outras que têm condições, por desconhecimento não se inscreveram e se calhar, porventura, algumas que infelizmente virão a ter condições de realojamento para se inscreverem e aguardarem pelo processo de atribuição das novas casas durante o próximo ano. Algumas irão ficar já disponíveis até final do ano, outras durante o próximo ano ficarão concluídas e serão entregues.-----

Devo salientar que o processo de realojamento temporário do Bairro de Nazes, chegou a ser discutido nesta Assembleia Municipal, felizmente correu muito bem, com uma participação muito aceitável de todas as famílias, exceto, de facto da última que ainda está no local. -----

Em relação à questão que o membro Pedro Torres aqui trouxe, as visitas da polícia judiciária são um facto político, nunca foram. Fui Presidente de Câmara durante doze anos, em doze anos nunca fui constituído arguido, e agora já fui por causa das queixas do partido Socialista e do anterior Presidente da Câmara. Se isto é um facto político e se é assim que pensam que ganham eleições, a prova provada é que assim se perdem eleições. A política faz-se com dignidade, com olhos nos olhos, discutir os assuntos que interessam, não se faz com queixas, sejam queixas apresentadas frontalmente e presencialmente, sejam queixas sobre-repetições, apresentadas sobre nomes falsos e fictícios. -----

E portanto é uma situação que para mim me conforta completamente, não tenho qualquer problema em relação a isso, quem pode ter problemas, efetivamente, é o partido Socialista, porque não acredito que os lamecenses apreciem e validem este vosso comportamento. -----

As visitas da polícia judiciária motivadas por partidos políticos, não são factos políticos, têm outros nomes que eu aqui não vou dizer.-----

Em relação à questão da gold mountains, antigas instalações das Frutas Douro Sul, não houve qualquer decisão de primeira instância, ainda estamos a aguardar.-----

Em relação ao Multiusos será efetuada proximamente uma intervenção. De referir que o Multiusos está perfeitamente funcional, esteve cheio este fim-de-semana, com o Futsal Cup, esteve cheio da sexta-feira, com uma cerimónia do CTOE e o almoço que ali decorreu. A única questão que ali se passa, é, de facto que o Multiusos está degradado exteriormente, tem marcas de vandalismo, tem mau aspeto, estamos plenamente de acordo em relação a isso. -----

Nós candidatamos quatro equipamentos desportivos a obras de pequena intervenção, no âmbito do Portugal 2030, porque as obras estão limitadas a trezentos mil euros de candidatura máxima, e portanto, candidatamos o Pavilhão Álvaro Magalhães, já está adjudicada a sua reparação irá começar nos próximos dias, o Multiusos, o Estádio dos Remédios, para uma beneficiação geral e o Complexo Desportivo. E portanto, estas quatro intervenções, que no total representam um milhão e duzentos mil euros de investimento, irão ser feitas ao longo dos próximos meses, apesar de ainda não termos candidaturas aprovadas. -----

Em relação à Escola da Sé, a Escola da Sé e a Escola EB/2.3 estão no Tribunal de Contas para aprovação do visto prévio dos contratos. E logo que, haja visto do Tribunal de Contas, logo que haja visto do Tribunal de Contas as obras vão começar. O visto do Tribunal de Contas tem que concedido no prazo de 30 dias, mais o prazo necessário para responder a esclarecimentos.

Portanto, logo que venha o visto do Tribunal de Contas as obras serão iniciadas. -----

E há uma coisa que eu devo dizer ao partido Socialista, os lamecenses conhece-me e sabem que eu prometo as obras e faço-as, sempre assim fiz ao longo destes 20m anos e vou continuar a fazer por muito que vos doa. -----

Vamos fazer o Centro de Saúde, vamos fazer a Habitação Social, vamos requalificar as duas escolas, vamos requalificar a PSP, o Museu de Lamego, os Centros Cívicos de Cambres, de Valdigem, de Britiande, de Lalim, e mais um conjunto de pequenas obras e intervenções que estamos a fazer. Se há coisa que não me podem acusar é que não faço obra, é que não cumpro as promessas. E portanto, essas obras serão feitas logo que estejam reunidas as condições burocráticas e legais que nos são impostas, porque mais uma vez

e sempre nós cumprimos a Lei. E se em 20 anos tivemos uma recusa de visto, uma recusa de visto de uma obra que foi a primeira empreitada do CIM – Centro Interpretativo da Máscara Ibérica de Lazarim, mas que hoje está lá construído e a funcionar muito bem, só tivemos uma recusa de visto, não vamos ter outra, espero eu, e assim iremos fazer essas obras logo que haja condições legais. -----

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para dizer o seguinte:-----

“ Senhor Presidente da Câmara tentar o seu entusiasmo com o partido Socialista, a ver se também me responde aqui a duas coisas, também muito rápido. Na verdade era que esperávamos outro tipo de respostas, porque como já o tinha referido antes, nos entendemos a dificuldade de saber os valores em falta. A questão é o que é que propõe a Câmara Municipal ou o senhor Presidente da Câmara para superar esta dificuldade. Porque é que não chama os sindicatos à conversa para chegar a um entendimento, ou porque é que não são pagos por exemplo os valores em falta aos trabalhadores, através dos valores médios do STAL de 2024. Lembra-me disto, porque isto não é uma matéria de opinião, é um imperativo legal e sendo um imperativo legal, a Câmara vai acabar por pagar, seja com entendimento jurídico, seja através de uma greve, seja através de uma outra forma qualquer. -----

Sobre a Rua 28 de maio, uma ultima pergunta, é se o senhor Presidente da Câmara comunicou à referida comissão a moção que foi aprovada na Assembleia Municipal e se não, interpelo a Mesa para que o faça ou então que se proceda a nova votação, que esteja nessa nova votação, em fim do discriminado” -----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para responder ao membro Alexandre Hoffmann:-----

“Posso dizer a informação que tenho dos serviços de apoio, é que, de facto, na altura essa moção foi enviada à Comissão de Toponímia, podemos fazer uma insistência junto dessa comissão para perceber, sendo que é uma moção que fazia, naturalmente essa proposta, mas aí a comissão de toponímia é a entidade que tem competência para depois fazer essa alteração, nós não a podemos aprovar.-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para fazer a seguinte intervenção:

“Eu gostei muito daquilo que ouvi por parte do senhor Presidente da Câmara, está a começar a treinar para a luta que aí virá, e acho que faz muito bem. Mas vou-lhe dar um conselho ou começa a colocar aí nos seus apontamentos as

questões que lhe são colocadas ou então aconselho, seriamente, a tomar umas vitaminas que ajudam um pouco para a memória, para não virmos só com o discurso feito.-----

Senhor Presidente da Câmara é a segunda vez hoje, que lhe são colocadas questões sobre o ATL e o senhor Presidente da Câmara, das duas, uma, ou está com o esquecimento ou demonstra desconforto.

Mas eu antes de me ir embora vou só reforçar aqui uma questão, não é só com obras que se faz a dignificação da escola pública. É com a forma como se trata cada um dos operadores: professores, funcionários, e acima de tudo os alunos e aquilo que está a faltar a este executivo, é, claramente, uma aposta focalizada nas pessoas e em concreto nos alunos e nos pais dos alunos.-----

E portanto eu percebo o desconforto, pode vir aqui dizer que vai mandar cobrir os recintos todos das escolas, vai meter ar condicionado em tudo quanto é salas, o senhor pode dizer o que quiser, mas há coisas que são factos. A política de ATL do Município de Lamego resume-se a umas miseras duzentas vagas, com preços de dez euros por dia. Esta é a política do Município de Lamego, portanto gostaria que desse resposta às questões que lhe foram colocadas dos constrangimentos que os pais lamecenses encontraram neste mesmo processo e portanto acho que não lhe custa nada responder. Portanto, não lhe vou colocar aqui mais nenhum tema, que é para depois não entrar em ritmo de cruzeiro, naquilo que é a sua senda propagandista, e portanto, apenas isto, quero apenas que me responda a este tema. -----

Tomou a palavra o membro **Carlos Loureiro** para fazer a seguinte intervenção:

“Cumprimento todos os presentes nesta sala e que nos acompanha em casa e as pessoas de Várzea de Abrunhais.-----

A minha intervenção é muito rápida, pois tivemos uma grande intervenção política do membro José Manuel Correia, em que foi bastante esclarecedora e bastante assertiva. -----

Dar os parabéns ao Futsal Clube de Lamego, pelo excelente evento que trouxe este fim de semana, trouxe centenas de pais, em que encheu a hotelaria, que deu vida à cidade, que já tem movimento, mas mais vida ainda à cidade, posto que deixaram cá muito dinheiro no comércio local, e estes eventos sempre apoiados e muito bem pelo Município, que sempre nos habituou apoiar seja qual for o evento.-----

Também um agradecimento especial ao CTOE porque fizeram 65 anos da sua existência, em que foram dignos das comemorações, na pessoa do senhor

Coronel Paulo Roxo, na qual a Câmara e Assembleia Municipal também se associaram, em que foi um evento digno da missão pela qual são instruídos, e que foi bastante dignificante, não só para as operações sociais me também para Lamego.-----

Não queria fazer nenhuma intervenção política, mas ocorreu-me um episódio, há muitos anos, quando o membro Pedro Torres traz à coacção os cartazes. Toda na gente já se lembra dos cartazes dos rostos, tiveram aquele primeiro do Teatro Ribeiro Conceição muito tempo, toda a gente se lembra desse cartaz fantásticos com os rostos dos lamecenses. Mas não passou de cartaz, a obra foi executada por quem a executou.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para responder às questões formuladas:---

“Até parece que o membro Pedro Torres me conhece mal e pensa que eu me atrapalho com alguma coisa ou tenha alguma dificuldade em responder a alguma questão que me seja colocada nesta Assembleia Municipal ou em qualquer outro sítio.-----

De facto eu esqueci-me de responder à questão suscitada pelo membro Romeu Sequeira, ao membro Pedro Torres não lhe quis responder logo, precisamente para lhe dar oportunidade de ter aí essa atitude provocatória. Não lhe quis responder logo, porque tenho de lhe responder que às afirmações que ali disse são falsas. -----

Portanto vou agora responder. De facto nos fixamos duzentas vagas no ATL, esse número de vagas é absolutamente indicativo, já não é a primeira vez que o excedemos se tal for necessário. Definimos também a inscrição por semana, porque o que acontecia é que muitos pais bloqueavam o mês e depois as crianças não frequentavam uma semana porque ficavam com os avós ou porque iam de férias ou por algum motivo e isso prejudicava a organização do serviço. Alteramos também a questão do custo, respondendo a questões que no ATL da Páscoa tinham sido suscitadas pelos encarregados de educação. E quanto a isso eu devo dizer que estou muito tranquilo. Estou tão tranquilo que essa situação foi consensual, no seio do executivo municipal. -----

Portanto, corrigindo o membro Pedro Torres, não houve ninguém acima dos 200 encarregados de educação a inscreverem-se, só tivemos 156 inscrições para a primeira semana e 98 para a segunda. E portanto, estamos muito folgados quanto à nossa capacidade. -----

O membro Pedro Torres provavelmente também não sabe que o facto de nós fixarmos um custo justo, vamos dizer justo, baixo, baixo relativamente àquilo

que custam ao Município, mas justo, permitiu que as outras instituições fizessem também ATL, nomeadamente em colaboração connosco. E portanto, hoje os pais têm oferta diversificada no ATL municipal, em ATL de vários clubes, nomeadamente o Andebol, os Cracks e o Futsal e também no Colégio de Lamego e numa IPSS. Assim nós estamos a melhorar a qualidade de serviços, estamos a oferecer alternativas diversas às famílias, porque isto dirige-se às famílias não é às crianças, as crianças adorariam a estar em casa com os pais ou irem de férias com os pais. Só que os pais que têm de ir trabalhar, são esses os destinatários deste serviço. E quanto ao custo não são dez euros, são de quatro a dez euros, quatro euros para as famílias que têm escalão A de abono de família e dez euros para as famílias que têm um rendimento mensal superior a três mil euros. Não me parece que seja muito problemático. Agora, acontece que são, efetivamente, as famílias que se queixam, são essas famílias que acham que estão a ser penalizadas, por terem de pagar o ATL dos seus filhos que, eventualmente estão a ser prejudicadas por famílias com menores recursos pagarem menos e isto é que eu acho absolutamente injustos, sobretudo para algumas pessoas que têm dinamizado nas redes sociais um combate a estas médias que o executivo, repito, de uma forma consensual e unanime aprovou.-----

Os apoios sociais escolares são sempre baseados no rendimento, sempre baseados no rendimento. Há cinco escalões de abono de família, há dois ou três escalões de acção social escolar, contabilizando um escalão que não tem nenhum tipo de benefício. Nós aqui seguimos os escalões de abono de família, fazendo um aumento, um alargamento daquilo que é aplicado à acção social escolar. Ou seja famílias com maiores rendimentos, que não teriam, por exemplo o nível A de apoio social escolar, têm neste caso direito ao custo mais baixo de quatro euros dia, e portanto nós estamos a cumprir aquilo que é a nossa obrigação. Estamos a fazer um ATL de qualidade, dignificando as famílias que nos entregam os seus filhos e podem trabalhar descansados, porque sabem que eles estão em boas mãos, com profissionais competentes e qualificados, com instalações adequadas, com atividades escolhidas e acompanhadas e dirigidas por pessoas especializadas, com transportes quando se justificar, quando e só se justificar. Às criancinhas também lhe faz bem, irem de mão dada pela rua fora, para irem às piscinas de algum lado. E portanto, o ATL está perfeitamente pensado e ainda com a vantagem de haver alternativas, de haver outras instituições fazer também ATL'S, numa

perspectiva, eventualmente mais desportiva, mas que tem na mesma o apoio e o usufruto das instalações municipais, para aquelas que o desejarem. -----

E em relação ao custo entre quatro e dez euros por dia, com a refeição, com o lanche ou sem o lanche descontando um valor de cerca de um euro e meio que é o que está previsto e que também foi um pedido dos pais, para dar resposta àquelas questões mais críticas, por exemplo de uma criança que tem restrições alimentares, que não pode comer o lanche que vai ser distribuído, que leva o lanche de casa. E nesse caso será descontado um euro e meio.-----

Esta situação é, absolutamente pacífica, é tão pacífica que está a responder a toda a procura que tiver e se tivéssemos 201, 210 ou 220, iríamos na mesma resolver esse problema. -----

O outro problema em relação aos pais desempregados ou aos pais que ficam desempregados. Nós podemos ter alguém que ganha dois mil euros por mês e fica desempregado e que no mês seguinte, se fizer o requerimento terá a correção do valor pago no ATL relativamente ao seu educando. Portanto, estamos disponíveis e isso está previsto regulamentarmente, para fazer essas correções e já fizemos algumas delas, posto que verificamos que muitos pais não tinham hoje a mesma situação económica àquela que era reportada pela declaração de IRS do ano passado. Essas situações são perfeitamente pacíficas e estão a ser tratadas. -----

Relativamente à questão mais genérica, nós investimos muito nas escolas, investimos nas infraestruturas, de facto, investimos nos funcionários e na sua qualificação, investimos em programas e iniciativas de dinamização das escolas, apoiamos um processo educativo, que é dirigido pelos Diretores de Agrupamento, pelos professores, por toda a estrutura dependendo do Ministério da Educação, são nossos interlocutores, e nós somos um elemento de apoio fundamental à sua ação, o que aceitamos. Aliás cumpre-me dizer aqui com muita satisfação e orgulho que hoje mesmo deliberamos também, de forma unanime, na reunião de Câmara Municipal, atribuir a Medalha de Mérito Municipal - Grau Ouro ao Dr. Carlos Dinis Almeida, até à semana passada Diretor do Agrupamento de Escolas da Sé, pelo trabalho e dedicação ao agrupamento, à CPC que foi Presidente, e também a esta Assembleia Municipal, que integrou durante muitos anos. E, fazemo-lo porque reconhecemos o trabalho que do lado da escola é feito, atingir aquilo que é o objetivo da escola. E o objetivo, é efetivamente a formação integral dos alunos,

são os bons resultados académicos, mas também tudo o resto que ajuda a formar e no qual as atividades extracurriculares e o ATL se insere.-----

Portanto, neste sentido, excluindo essa questão a que não podemos responder das famílias com elevados rendimentos, que gostariam de pagar menos no ATL, tudo o resto está, devidamente, assegurado, para que esta edição do ATL seja um sucesso e as crianças que o frequentarem tenham umas férias tranquilas, enquanto os seus pais estão a trabalhar, e que depois, possam também, num determinado momento fazer algumas férias com os pais, porque obviamente, as pausas lectivas são para que as crianças, sejam com as famílias sempre que isso for possível”.-----

*Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para fazer a seguinte intervenção:*

“ Dizer apenas uma coisa, não pelo senhor Presidente da Câmara vir dizer que eu disse era tudo falso, que só por si, acha que isso passa. Não, não passa. Não passa por que eu não disse aqui nenhuma falsidade. Aquilo que eu disse é a realidade e fica desde já aqui registado ao fim de duas insistências, deixe-me apenas dizer uma coisa. Fica, de facto, aqui registado e esse é o registo que fica para hoje, é que, de facto, o Município não faz mais porque quer fomentar aquilo que é a diversidade por parte dos privados. Portanto, a partir daí, eu não vou dizer, rigorosamente mais nada, tudo o resto fica nas perspetivas alegorias que V. Exa. transmitiu.-----

*Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder ao membro Pedro Torres:-----*

“Era só para dizer que esta saga esquerdista do membro Pedro Torres vai a um tal ponto que já chama privados ao Andebol, ao Futsal e aos Cracks Clube de Lamego. Não, são clubes, são associações, é muita participação cívica, é muito voluntariado, é muita dedicação de muita gente nos órgãos directivos, nas equipas técnicas, dos associados, dos pais dos atletas, é muita, muita gente a trabalhar para que sejam grandes clubes, não são privados que estão a realizar um ATL para ganhar dinheiro, estão a participar, estão a participar num processo cívico, num processo de grande importância para responder a uma necessidade dos pais que estão a trabalhar, e das crianças que têm, de facto, direito a uma ocupação adequada durante o seu período de férias. -----

Muito obrigado aos Cracks Clube de Lamego, ao Andebol e ao Futsal por esta colaboração, por este espírito de trabalho e de cidadania, por esta dedicação às nossas crianças e jovens.

“Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que a convocatória tinha um erro na data da ata, a ata é de 29 de abril, que depois foi, por força do apagão, retomada a 05 de maio e portanto a convocatória saiu com esse erro, vai-se já *avancar para a sua votação.*-----

2.1. ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2025-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 05 de maio de 2024, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados. Feita a contagem verificou-se que estiveram presentes trinta e oito membros, existindo, nove não votos de membros que não estiveram presentes naquela sessão: Ana Branca Soeiro da Silva Soeiro de Carvalho, Alita Maria de Jesus Carvalho, Milene Daniela da Fonseca Geada, Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Carlos Teotónio Monteiro, Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues e Nuno Romeu Cardoso Sequeira-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estão trinta e oito membros presentes na sala.-----

Deliberação Aprovada por unanimidade dos presentes.

Dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista, Adelino Gomes Magalhães, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente.

Ausentes na votação: o membro da coligação “Somos Lamego” Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho;-----

O membro do grupo municipal do Partido Socialista: Pedro Miguel Vila Real Torres, Bernardo Manuel Taveira Xavier.

2.2. ASSUNTO: INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS-----

Tomou a palavra o membro Alita Carvalho para dar nota da reunião que decorreu da Assembleia Intermunicipal da Cim Douro:

“Cumprimento todos os presentes nesta sala, um cumprimento especial à nossa anfitriã que hoje nos recebe, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Várzea de Abrunhais, Maria Otília Teixeira, e um cumprimento especial a todos que nos acompanham através das redes sociais.-----

Em relação à última assembleia intermunicipal da CIMDouro, gostaria de dar-vos apenas uma pequena nota: esta realizou-se no passado dia 23 de maio, no Auditório Municipal Padre Bento da Guia em Moimenta da Beira.-----

Esta assembleia teve como pontos de ordem a prestação de contas do ano de 2024, o Relatório de Atividades do ano 2024, introdução do Saldo da conta de gerência, 1º Alteração Orçamental Modificativa e Alteração ao Organograma da CIM DOURO.

O Relatório de Atividades apresentado demonstra a atividade e o desempenho da CIM Douro referente ao ano de 2024 e reflete, sem dúvida, o compromisso da Comunidade Intermunicipal em promover o desenvolvimento da região, através de uma atuação coesa e estratégica em diversas áreas. Todas as ações realizadas e medidas adotadas pela CIM Douro tiveram em consideração o aumento da eficiência, a inovação, a inclusão de parceiros, agentes e cidadãos, com uma visão estratégica de coesão territorial e desenvolvimento sustentável presente nos eixos que estruturaram as grandes opções do plano em 2024.-----

No relatório de atividades pode constatar-se que a atividade desenvolvida pela CIMDOURO durante o ano em questão, esteve em consonância com a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território da NUTS III Douro; a articulação dos investimentos municipais de interesse Intermunicipal e a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do NORTE 2020 e NORTE 2030.-----

De referir que ao ano de 2024 foi marcado por várias atividades de grande relevância, a que os serviços deram mais importância:-----

- 1) Encerramento do Quadro Comunitário 2014-2021;-----*
- 2) Preparação e Operacionalização do Plano de Ação do ITI DOURO (2021-2027).*

De realçar que a CIMDOURO cumpriu, não só o seu Plano de Atividades delineado nos Instrumentos Previsionais, assim como os seus desígnios, impulsionando novas dinâmicas intermunicipais, perseguindo a visão de promoção do crescimento e da sustentabilidade em todo o território do Douro.-----

Nesta última assembleia intermunicipal, talvez por ser a última deste mandato, foram várias as intervenções por parte dos diferentes deputados intermunicipais. Para além da discussão dos diferentes pontos da ordem de trabalho, a agricultura continua a ser uma temática central, mais especificamente, a crise vitivinícola, a qual tem gerado

grande preocupação não só para os produtores, mas também para os diferentes agentes económicos da região. O Presidente da Comunidade Intermunicipal, Luís Reguengo Machado, na sua intervenção, referiu, mais uma vez, as diferentes medidas que têm vindo a ser tomadas por parte da Comunidade Intermunicipal do Douro . A questão dos financiamentos e dos pacotes financeiros mantém-se um tema recorrente de discussão, mas considera que há uma ação essencial a ser tomada. Na região, já se verificam avanços nesse sentido, tanto no fortalecimento da presença em mercados externos, como Espanha, quanto na valorização dos produtos endógenos. Reforçou o que havia referido em assembleias anteriores, que a inovação e a investigação são fatores indispensáveis para o progresso, pois sem estas dimensões, a evolução do setor torna-se limitada e um exemplo ilustrativo desta realidade é a produção vinícola no Douro. Muitas vezes, refere-se que a região produz vinho, quando, na verdade, o que é produzido é a uva. Considera que compreender esta distinção é fundamental, pois ao reconhecer este exemplo significa termos a maior indústria do país. Existe uma grande capacidade de produção extraordinária em quantidade e qualidade e uma indústria transformadora que transforma a nossa uva em vinho. Sendo certo que, se calhar, o caminho melhor para a uva não é ser só para um produto final, o vinho, e que poderá ter outros caminhos e outras oportunidades em outros tipos de produtos, nomeadamente na cosmética e até nos energéticos.-----

Por fim, dizer apenas que após a discussão e deliberação dos diferentes pontos, todos foram aprovados por unanimidade.-----

Interveio o **Presidenta Assembleia** para fazer a seguinte intervenção:-----

“Considerando que esta foi a ultima Assembleia Intermunicipal que ocorreu neste mandato, queria aqui fazer um agradecimento aos membros municipais Ana Branca Carvalho, Romeu Sequeira e Alita Carvalho, pela forma muito dedicada e com o compromisso que tiveram na representação desta Assembleia junto desse órgão municipal, foram, sem duvidas dos deputados mais ativos daquela Assembleia Intermunicipal, sempre com intervenções interessantes, portanto fica aqui o reconhecimento desta Assembleia e meu aos membros pelo trabalho realizado.-----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA.-----

3.1.ASSUNTO: APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 7572013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto:

“Queria-me referir a alguns dos eventos mais importantes que decorreram, desde a última Assembleia Municipal, nomeadamente à exposição de Pedro Tudela e Jorge Pinheiro da Fundação de Serralves, que está patente no Solar da Porta dos Figs.

Ao dia do CTOE, já que referido pelo membro Carlos Loureiro, que decorreu na sexta-feira passada. 65 anos de atividade do CTOE, uma unidade militar que nos honra, prestigia a nossa cidade e o país em todos os locais em que está presente, integrando forças nacionais destacadas.-----

Estas celebrações culminaram com um concerto da Orquestra Ligeira do Exército, feito no Parque Isidoro Guedes, que foi também um excelente espetáculo, parabéns ao CTOE e acompanhamos com muito interesse e entusiasmo e uma proximidade enorme com o Chefe do Estado-maior do Exército, do Senhor General Mendes Ferrão, o Secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional, General Campos Serafino e de mais Oficiais Gerais do Exército Português, bem como o Comandante da nossa Unidade. O futuro do CTOE e um seguro reforço das suas capacidades e ainda um maior investimento nos aquartelamentos que mantêm na nossa cidade.-----

Já me referi ao agrupamento de Escolas da Sé e à tomada de posse do novo Diretor, o Dr. Paulo Correia, sucedendo ao Dr. Carlos Dinis.-----

Ao 15.º aniversário do Trança, um projeto de dança muitíssimos importantes. Além da AD, temos também o Trança que há 15 anos mantém uma atividade permanente do Teatro Ribeiro Conceição, com grupos dos 8 aos 80 anos. Com diversas modalidades de dança, desenvolvendo um projeto artístico e cultural de grande importância para o Concelho.-----

Celebração “um dia pela vida” Lamego está sempre na luta da Liga Portuguesa Contra o Cancro e assinalamos um evento levado a cabo há 20 anos, que estreitou muito as nossas ligações à Liga Portuguesa Contra o Cancro e as atividades que ao longo do ano se desenvolvem no nosso Concelho para esta nobre causa. -----

Comemoração do dia da Freguesia de Britiande, um evento também importante para uma das nossas maiores freguesias.-----

A 14.ª Exposição Canina que ocorreu no Pavilhão Multiusos, com algumas centenas de cães, que estiveram a concurso, e que de alguma forma culmina, premeia o excelente trabalho que a nossa equipa do Abrigo e da Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos leva a cabo ao longo do ano.-----

Um ponto de situação que me relevante em relação à APITIL, reuni e é essa informação que está escrita, com a Direção da APITIL e com o Diretor da Segurança Social, o Dr. Seixas, ainda numa fase, antes de ser declarada a insolvência da APITIL. Entretanto o Tribunal decidiu declarar a insolvência da APITIL. O que nós tínhamos proposto à Direção foi que, aceitasse a transferência dos protocolos que a Segurança Social tem com a APITIL para outras instituições, nomeadamente a creche para o Pintinhas, e o Centro de Dia Domiciliário para a Santa Casa, podendo alguns destes utentes serem distribuídos pelas outras IPSS'S que têm Centro de Dia e Apoio Domiciliário no nosso Concelho.-----

Entendeu a Direção da APITIL não aceitar esta proposta, não fazer a transferência dos acordos, e deixou-nos, neste momento em termos de processo de decisão nas mãos de um administrador judicial e de uma conferência de credores que no dia 28 de julho irá decidir em definitivo o destino da APITIL. Deixou-nos uma situação em que necessariamente haverá despedimentos que não eram necessários, em que, eventualmente, poderá haver alguma rotura de serviço, tudo faremos para que tal não aconteça. Aliás já estamos a fazê-lo, já estamos a apoiar o serviço domiciliário da APITIL com meios materiais, poderemos ter que vir a apoiar com meios humanos, para que não haja nenhuma interrupção do serviço quer do Centro de Dia quer de Apoio Domiciliário quer de creche.-----

Mas é verdade é que neste momento o processo de decisão já não depende da Direção da APITIL, nem do Presidente da Câmara nem do Diretor da Segurança Social, depende das instâncias judiciais que tomaram conta deste assunto.-----

Lamento muito que tenha sido esse o caminho, espero que até ao final do mês possamos encontrar uma solução que minimize os estragos e os danos decorrentes da insolvência de uma importante IPSS do nosso Concelho.-----

Quero referir-me também à abertura do concurso público internacional para a empreitada do Polo 2 da ESTGL. É uma obra importantíssima que vai duplicar a área da ESTGL em termos de salas, laboratórios, auditórios e também cantina e refeitório.

Será um equipamento importantíssimo para o crescimento da escola, dada a diversificação da sua oferta, sobretudo na área tecnológica e que vai ser construído no segundo piso do Mercado Municipal. A este respeito quero também referir que decorreu em Lamego a reunião do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Viseu. Integrei este Conselho Geral durante muitos anos, temos aqui também um ilustre membro, a Dra. Ana Branca Carvalho e tomou posse também como membro cooptado do Conselho Geral Eng.^a Marta Lourenço, das Caves Murganheira, reforçando a presença da nossa região, também uma presença feminina, uma presença jovem de alguém com dinamismo para levar para o Conselho Geral aquilo que são as necessidades do mercado de trabalho, nomeadamente as empresas do setor vitivinícola e também da nossa região em geral.-----

Recebemos também uma conferencia de Reitores de Universidades Europeias, que reuniu em Viseu, teve a sua Assembleia em Viseu e depois fizeram uma reunião de trabalho, visita à Câmara e uma visita à região do Douro no Concelho de Lamego.---

Quero deixar uma palavra de muito apreço ao Professor José Costa, Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, por este trabalho que temos conseguido fazer em conjunto, não é um trabalho fácil, é um trabalho árduo, é um trabalho difícil, que se tem confrontado com diversas dificuldades, nomeadamente financeiras, pelo facto da nossa escola ser financiada no Programa Norte 2030 e a sede do Instituto estar em Viseu que é na Região Centro e ainda não encontramos um ponto de entendimento

com a CCDD para garantir um financiamento adequado deste projeto, tendo o Município e o IPV que repartir, pelo menos nesta fase prévia os custos ou parte dos custos decorrentes deste investimento.-----

O importante é que a nossa escola já tem melhores condições, e com elas possa melhorar a sua oferta formativa, ultrapassando, nomeadamente, algumas questões que vieram a público, muito recentemente e que tem a ver com o menor indicador de empregabilidade de alguns cursos da ESTGL. Estou convicto que, com melhores condições nós poderemos ter uma oferta ainda mais adequada à formação de quatros na nossa cidade e na nossa região e àquilo que as nossas atividades económicas, desde o setor primário, indústria, comércio e serviços estão a requerer.

Queria referir também alguma iniciativas das freguesias, fiz em relação a Britiande, mas também em relação a Ferreirim, as marchas de Santo António e em Penude Festival de Folclore e ontem mesmo foi também a Festa de São Pedro.-----

Dizer que, integrei, recentemente o Comité de Acompanhamento do Nacional do PEPAC em representação da Associação Nacional de Municípios do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios.-----

O 23.º aniversário do Parque Biológico de Lamego, equipamento onde temos investido muito e que tem um trabalho na área ambiental, de sensibilização ambiental das visitas turísticas, nomeadamente das nossas escolas de grande qualidade e destaque.

Refiro o Dia Mundial da Criança.-----

Referir dois protocolos muito importantes que celebramos: um com vista à iluminação dos nozes de acesso à A24, como todos se lembram, no tempo da Tróica foi cortada a iluminação dos nós da A24, penso que é a única auto-estrada a nível nacional que tem esta situação, e portanto, agora estabelecemos um protocolo com a Norte Secut voltar a ligar a iluminação nos nós de Lamego e de Valdigem. Estamos neste momento a fazer as adaptações técnicas para estas medidas.-----

Assinamos também com as infraestruturas de Portugal um protocolo para a desclassificação do troço junto ao Lidel, ou seja, entre a Rotunda da A24 e a rampa de acesso a Cepões, no Povo da Estrada, e portanto, iremos muito brevemente apresentar um projeto de requalificação daquele espaço.-----

Referir o 23.º aniversário da Liga dos Amigos do Hospital de Lamego e agradecer muito o trabalho de Voluntariado porque é feito por pessoas generosas que acompanham os doentes internados no nosso hospital e a todos aqueles que recorrem à unidade hospitalar de Lamego.-----

A realização da Feira Medieval, sempre um sucesso, com a participação do comércio local, as associações e também de muitos comerciantes vindos de fora e de grupos de animação diversos. -----

A reinauguração da Pavi Lamego, felicitar o senhor Higino Rodrigues e a família por aquele investimento, por ao fim de trinta anos, conseguirem manter a capacidade de se actualizar e modernizar.-----

Referir ainda, ao nível de investimento nas freguesias, a conclusão da 2.ª fase de protocolos com as Juntas de Freguesia, foram um milhão quatrocentos e sessenta e seis mil euros atribuídos às Juntas de Freguesia, no conjunto dos dois protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia.-----

Como sabem, temos apenas duas situações que é Cambres e Valdigem para assinar. Referir a uma produção importantíssima do nosso Concelho, com origem em termos temporais na freguesia da Penajóia e é um evento muito importante que permite a venda direta da primeira cereja entre produtores e consumidores, nomeadamente todos os visitantes que a nossa cidade recebe logo a partir dos primeiros fins-de-semana de maio na nossa Avenida.-----

Em relação aos demais elementos da informação eles estão escritos, fico ao dispor dos membros municipais para qualquer esclarecimento que o queiram solicitar.-----

Deliberação A Assembleia tomou conhecimento da informação do senhor Presidente da Câmara, com a presença membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Carlos Teotónio Monteiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Milene Daniela da Fonseca Geada, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otilia da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Adelino Gomes Magalhães, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

E do membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes: o membro da coligação “Somos Lamego” Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho;-----

O membro do grupo municipal do Partido Socialista: Bernardo Manuel Taveira Xavier.

O membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

**3.2-ASSUNTO:APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROGRAMA DE CUMPRIMENTO
NORMATIVO, NOS TERMOS PRECEITUADOS NO DECRETO-LEI N.º 109-E/2021,
DE 19 DE DEZEMBRO -----**

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal com o seguinte teor:-----

“Considerando que o Decreto-lei n.º 109-E/2021, publicado em 09.12, estabelece o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), e aprova o regime geral de prevenção da corrupção (RGPC).-----

Este decreto visa fortalecer as medidas de prevenção da corrupção em entidades públicas e privadas, promovendo a ética e a transparência nas suas actividades, e além disso, ele altera o Decreto-Lei n.º 276/2007, que regula a atividade de inspeção da Administração Pública.-----

Em 18.03.2021, e na sequência de um longo período de reflexão e de extensa audição pública, envolvendo a academia, as magistraturas, profissionais do direito e de outros ramos do saber, o Governo aprovou a versão final da Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024 (“Estratégia”), nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2021, de 6 de Abril.-----

A Estratégia, perspetivando com o mesmo grau de importância e necessidade a prevenção, a deteção e a repressão da corrupção, erigiu sete prioridades, a saber: ----

- i) melhorar o conhecimento, a formação e as práticas institucionais em matéria de transparência e integridade;-----*
- ii) prevenir e detetar os riscos de corrupção na ação pública; -----*
- iii) comprometer o setor privado na prevenção, deteção e repressão da corrupção; ----*
- iv) reforçar a articulação entre instituições públicas e privadas; -----*
- v) garantir uma aplicação mais eficaz e uniforme dos mecanismos legais em matéria de expressão da corrupção, melhorar o tempo de resposta do sistema judicial e assegurar a adequação e efetividade da punição;-----*
- vi) produzir e divulgar periodicamente informação fiável sobre o fenómeno da corrupção; e -----*
- vii) cooperar no plano internacional no combate à corrupção.-----*

Com apoio nessa Estratégia, e com o objetivo de concretizar a proposta de criação de um Regime Geral de Prevenção da Corrupção, foi publicado, no Diário da República, 1.ª Série, n.º 237, de 09.12.2021, o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de Dezembro, o qual entrou em vigor no passado dia 07.06.2022.-----

Através desse Decreto-Lei, foi criado o Mecanismo Nacional Anticorrupção (“MENAC”), aí se aprovando, também, em Anexo, o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (“RGPC”), procedendo-se, ainda, à terceira alteração ao Regime Jurídico da Atividade de Inspeção da Administração Direta e Indireta do Estado.-----

Do Anexo ao referido Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de Dezembro, através do qual foi aprovado o RGPC, resulta que o RGPC é aplicável a este Município de Lamego por força do disposto no artigo 2º, n.º 2, do RGPC, sendo este Município, nessa medida, uma “Entidade Abrangida” nos termos do n.º 3, desse artigo 2º, do RGPC.-----

Considerando o objectivo deste Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (“PPR”), importa começar por clarificar a definição de Risco.-----

Servindo-nos do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da Direção-Geral do Tribunal de Contas, pode definir-se como Risco “o evento, situação ou circunstância futura com probabilidade de ocorrência e potencial consequência positiva ou negativa na consecução dos objectivos de uma unidade organizacional.”-----

Por seu turno, e segundo o artigo 3º, do RGPC, entendem-se por Corrupção e Infrações Conexas “os crimes de corrupção, recebimento e oferta indevidos de vantagem, peculato, participação económica em negócio, concussão, abuso de poder, prevaricação, tráfico de influência, branqueamento ou fraude na obtenção ou desvio de subsídio, subvenção ou crédito, previstos no Código Penal, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, na sua redação atual, na Lei n.º 34/87, de 16 de julho, na sua redação atual, no Código de Justiça Militar, aprovado em anexo à Lei n.º 100/2003, de 15 de novembro, na Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, na sua redação atual, na Lei n.º 20/2008, de 21 de abril, na sua redação atual, e no Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de janeiro, na sua redação atual.”-----

Em termos genéricos, entende-se por Corrupção a prática de um qualquer ato ou a sua omissão, seja lícito ou ilícito, contra o recebimento ou a promessa de uma qualquer compensação que não seja devida, seja para o próprio ou para terceiro.-----

A Corrupção pode ser sujeita a diversas classificações, consoante as situações em causa, sendo que, no entanto, para que haja corrupção, tem de haver sempre um comportamento verificado ou esperado, ou, ainda, a ausência deste, que, numa dada circunstância, constitui crime.-----

O nosso Código Penal, nos artigos 373º e 374º, respectivamente, define dois tipos de possível Corrupção cometidos no exercício de funções públicas.-----

A Corrupção Passiva, “O funcionário que por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para a prática de um qualquer acto ou omissão contrários aos deveres do cargo, ainda que anteriores àquela solicitação ou aceitação, é punido com pena de prisão de um a oito anos.”-----

E a Corrupção Ativa, “Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro por indicação ou com conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial com o fim indicado no n.º 1 do artigo 373º, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.”-----

Integra ainda a noção (o conceito) de Corrupção – que é também inerente às Infrações Conexas – o Recebimento e Oferta Indevidos de Vantagem, previsto no artigo 372º, do Código Penal, nos termos do qual se estatui que: -----

“1 - O funcionário que, no exercício das suas funções ou por causa delas, por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida, é punido com pena de prisão até cinco anos ou com pena de multa até 600 dias. -----

2 - Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro por indicação ou conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida, no exercício das suas funções ou por causa delas, é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa até 360 dias.”-----

Já por Infrações Conexas, entende-se toda a obtenção de vantagem ou compensação dos agentes públicos, a qual se pode traduzir, designadamente, em:-----

•Abuso de Confiança (artigo 205º, do Código Penal): “Quem ilegítimamente se apropriar de coisa móvel ou animal que lhe tenha sido entregue por título não translativo da propriedade é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.”;-----

•Abuso de Poder (artigo 382º, do Código Penal): “O funcionário que, fora dos casos previstos nos artigos anteriores, abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções, com intenção de obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.”;

•Administração Danosa (artigo 235º, do Código Penal): “Quem, infringindo intencionalmente normas de controlo ou regras económicas de uma gestão racional, provocar dano patrimonial importante em unidade económica do sector público ou cooperativo é punido com pena de prisão até 5 anos ou com pena de multa até 600 dias.”;-----

•Apropriação Ilegítima (artigo 234º, do Código Penal): “Quem, por força do cargo que desempenha, detiver a administração, gerência ou simples capacidade de dispor de bens do sector público ou cooperativo, e por qualquer forma deles se apropriar ilegítimamente ou permitir intencionalmente que outra pessoa ilegítimamente se aproprie, é punido com a pena que ao respectivo crime corresponder agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo.”;-----

•Concussão (artigo 379º, do Código Penal): “O funcionário que, no exercício das suas funções ou de poderes de facto delas decorrentes, por si ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, receber, para si, para o Estado ou para terceiro, mediante indução em erro ou aproveitamento de erro da vítima, vantagem

patrimonial que lhe não seja devida, ou seja superior à devida, nomeadamente contribuição, taxa, emolumento, multa ou coima, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.”;-----

•Conflitos de Interesses (artigo 13º n.º 4, do RGPC): “Considera-se conflito de interesses qualquer situação em que se possa, com razoabilidade, duvidar seriamente da imparcialidade da conduta ou decisão do membro do órgão de administração, dirigente ou trabalhador, nos termos dos artigos 69º e 73º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual.”;-----

•Falsificação Praticada por Funcionário (artigo 257º, do Código Penal): “O funcionário que, no exercício das suas funções: a) Omitir em documento, a que a lei atribui fé pública, facto que esse documento se destina a certificar ou autenticar; ou b) Intercalar acto ou documento em protocolo, registo ou livro oficial, sem cumprir as formalidades legais; com intenção de causar prejuízo a outra pessoa ou ao Estado, ou de obter para si ou para outra pessoa benefício ilegítimo, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos.”;-----

•Participação Económica em Negócio (artigo 377º, do Código Penal): “1 - O funcionário que, com intenção de obter, para si ou para terceiro, participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, no todo ou em parte, lhe cumpre, em razão da sua função, administrar, fiscalizar, defender ou realizar, é punido com pena de prisão até 5 anos. 2 - O funcionário que, por qualquer forma, receber, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial por efeito de acto jurídico-civil relativo a interesses de que tinha, por força das suas funções, no momento do acto, total ou parcialmente, a disposição, administração ou fiscalização, ainda que sem os lesar, é punido com pena de prisão até 6 meses ou com pena de multa até 60 dias. 3 – A pena prevista no número anterior é também aplicável ao funcionário que receber, para si ou para terceiro, por qualquer forma, vantagem patrimonial por efeito de cobrança, arrecadação, liquidação ou pagamento que, por força das suas funções, total ou parcialmente, esteja encarregado de ordenar ou fazer, posto que não se verifique prejuízo para a Fazenda Pública ou para os interesses que lhe estão confiados.”;-----

•Peculato (artigo 375º, do Código Penal): “O funcionário que ilegítimamente se apropriar, em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou qualquer coisa móvel ou imóvel ou animal, públicos ou particulares, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.”;-----

•**Peculato de Uso** (artigo 376º, do Código Penal): “1 - O funcionário que fizer uso ou permitir que outra pessoa faça uso, para fins alheios àqueles a que se destinem, de coisa imóvel, de veículos, de outras coisas móveis ou de animais de valor apreciável, públicos ou particulares, que lhe forem entregues, estiverem na sua posse ou lhe forem acessíveis em razão das suas funções, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias. 2 - Se o funcionário, sem que especiais razões de interesse público o justifiquem, der a dinheiro público destino para uso público diferente daquele a que está legalmente afectado, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias.”;-----

•**Prevaricação** (artigo 369º, do Código Penal): “1 - O funcionário que, no âmbito de inquérito processual, processo jurisdicional, por contra-ordenação ou disciplinar, conscientemente e contra direito, promover ou não promover, conduzir, decidir ou não decidir, ou praticar acto no exercício de poderes decorrentes do cargo que exerce, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 120 dias. 2 - Se o facto for praticado com intenção de prejudicar ou beneficiar alguém, o funcionário é punido com pena de prisão até 5 anos.”;-----

•**Suborno** (artigo 363º, do Código Penal): “Quem convencer ou tentar convencer outra pessoa, através de dádiva ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, a praticar os factos previstos nos artigos 359º ou 360º, sem que estes venham a ser cometidos, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.”;-----

•**Trafico de Influência** (artigo 335º, do Código Penal): “1 - Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer entidade pública, nacional ou estrangeira, é punido: a) Com pena de prisão de 1 a 5 anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal, se o fim for o de obter uma qualquer decisão ilícita favorável; b) Com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal, se o fim for o de obter uma qualquer decisão lícita favorável. 2 - Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer vantagem patrimonial ou não patrimonial às pessoas referidas no número anterior: a) Para os fins previstos na alínea a), é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa; b) Para os fins previstos na alínea b), é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias.”;-----

•**Usurpação de Funções** (artigo 358º, do Código Penal): “Quem: a) Sem para tal estar autorizado, exercer funções ou praticar actos próprios de funcionário, de comando militar ou de força de segurança pública, arrogando-se, expressa ou tacitamente, essa

qualidade; b) Exercer profissão ou praticar acto próprio de uma profissão para a qual a lei exige título ou preenchimento de certas condições, arrogando-se, expressa ou tacitamente, possuí-lo ou preenchê-las, quando o não possui ou não as preenche; ou c) Continuar no exercício de funções públicas, depois de lhe ter sido oficialmente notificada demissão ou suspensão de funções; é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias.”;-----

•**Violação de Segredo por Funcionário (artigo 383º, do Código Penal):** “O funcionário que, sem estar devidamente autorizado, revelar segredo de que tenha tomado conhecimento ou que lhe tenha sido confiado no exercício das suas funções, ou cujo conhecimento lhe tenha sido facilitado pelo cargo que exerce, com intenção de obter, para si ou para outra pessoa, benefício, ou com a consciência de causar prejuízo ao interesse público ou a terceiros, é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa.”;-----

•**Violação de Regras Urbanísticas por Funcionário (artigo 382º-A, do Código Penal):** “1 – O funcionário que informe ou decida favoravelmente processo de licenciamento ou de autorização ou preste neste informação falsa sobre as leis ou regulamentos aplicáveis, consciente da desconformidade da sua conduta com as normas urbanísticas, é punido com pena de prisão até três anos ou multa. 2 - Se o objecto da licença ou autorização incidir sobre via pública, terreno da Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional, bem do domínio público ou terreno especialmente protegido por disposição legal, o agente é punido com pena de prisão até cinco anos ou multa.”;-----

•**Branqueamento ou fraude na obtenção ou desvio de subsídio, subvenção ou crédito (artigo 368º-A, do Código Penal).**-----

O leque exemplificativo de Infrações Conexas não esgota as mesmas, na medida em que existem, na diversa legislação aplicável, inúmeras outras fontes de deveres cuja violação pode implicar a verificação de Infrações Conexas, designadamente:-----

•**A Violação dos Deveres do Trabalhador previstos no artigo 73º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, designadamente:**-----

✓ O dever de prossecução do interesse público;-----

✓ O dever de isenção;-----

✓ O dever de imparcialidade;-----

✓ O dever de informação;-----

✓ O dever de zelo;-----

✓ O dever de obediência;-----

✓ O dever de lealdade;-----

✓ O dever de correção;-----

✓ O dever de assiduidade;-----

✓ O dever de pontualidade.-----

•A Violação das Garantias de Imparcialidade previstas nos artigos 19º a 24º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, a saber:-----

✓ Incompatibilidades e impedimentos;-----

✓ Incompatibilidade com outras funções;-----

✓ Acumulação com outras funções públicas;-----

✓ Acumulação com funções ou atividades privadas;-----

✓ Autorização para acumulação de funções;-----

✓ Proibições específicas.-----

•A Violação das Circunstâncias de Impedimentos de Titulares de Órgãos e de Agentes da Administração Pública, previstas no artigo 69.o, do Código do Procedimento Administrativo.-----

Aqui chegados, e por ser uma Entidade Abrangida, está este Município obrigado – nos termos do artigo 5º, do RGPC – a:-----

•Adoptar e implementar um Programa de Cumprimento Normativo, que inclua, pelo menos, um PPR, um Código de Conduta, um Programa de Formação e um Canal de Denúncias, a fim de prevenir, detetar e sancionar atos de corrupção e infrações conexas, levados a cabo contra ou através da Entidade Abrangida (artigo 5.o, n.º 1, do RGPC);-----

•Designar, como elemento da direção superior ou equiparado, um Responsável pelo Cumprimento Normativo, que garanta e controle a aplicação do Programa de Cumprimento Normativo (artigo 5º, n.º 2, do RGPC);-----

Nos termos do artigo 11º, do RGPC, “O órgão de administração ou dirigente das entidades abrangidas é responsável pela adoção e implementação dos programas de cumprimento normativo previstos no presente regime, sem prejuízo da competência conferida por lei a outros órgãos, dirigentes ou trabalhadores”.-----

In casu, tal significa que a competência pela Adoção e Implementação dos Programas de Cumprimento Normativo é da Câmara Municipal, em linha, de resto, com o disposto no artigo 33º, n.º 1, alínea k), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na versão conferida pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de Janeiro.-----

O presente Instrumento visa, assim, o cumprimento da primeira obrigação em matéria de adoção e implementação do Programa de Cumprimento Normativo, mediante a consagração do PPR deste Município, o qual, nos termos do artigo 6º, do RGPC:-----

•Deverá abranger toda a sua organização e atividade, incluindo áreas de administração, de direção, operacionais ou de suporte (artigo 6º, n.º 1, do RGPC);-----

•Deverá conter:-----

✓ A identificação, análise e classificação dos riscos e das situações que possam expor a entidade a atos de corrupção e infrações conexas, incluindo aqueles associados ao exercício de funções pelos titulares dos órgãos de administração e direção, considerando a realidade do setor e as áreas geográficas em que a entidade atua;-----

✓ Medidas preventivas e corretivas que permitam reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e situações identificados (artigo 6º, n.º 1, do RGPC).

•Deverá dele constar:-----

✓ As áreas de atividade da entidade com risco de prática de atos de corrupção e infrações conexas;-----

✓ A probabilidade de ocorrência e o impacto previsível de cada situação, de forma a permitir a graduação dos riscos;-----

✓ Medidas preventivas e corretivas que permitam reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e situações identificados;-----

✓ Nas situações de risco elevado ou máximo, as medidas de prevenção mais exaustivas, sendo prioritária a respetiva execução;-----

✓ A designação do responsável geral pela execução, controlo e revisão do PPR, que pode ser o responsável pelo cumprimento normativo (artigo 6º, n.º 2, do RGPC).

Sem prejuízo do exposto, cumpre dar nota que conforme resulta do artigo 2º, n.º 3, alínea c), do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de Dezembro, “3 - São atribuições do MENAC: c) Apoiar entidades públicas na adoção e implementação dos programas de Segundo a alínea d), do n.º 3, do artigo 2º, do RGPC, são ainda atribuições do MENAC “d) Emitir orientações e diretivas a que devem obedecer a adoção e implementação dos programas de cumprimento normativo pelas entidades abrangidas pelo RGPC, devendo essas orientações e diretivas constar do sítio na Internet do MENAC, em local facilmente identificável e com ferramentas de pesquisa;”-----

Consequentemente, dispõe o artigo 4º, n.º 1, alínea a), do RGPC, que: “1 - A aplicação do presente regime é acompanhada pelo Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), a quem compete, sem prejuízo das demais competências previstas na lei:

a) Emitir orientações e diretivas a que deve obedecer a conceção e termos de

Em cumprimento do acima transcrito, o MENAC já publicou no seu sítio online, entre outros:-----

•Um documento intitulado como “Noções Elementares sobre o regime geral da prevenção da corrupção (RGPC);”-----

•Um documento intitulado como Guia n.º 1/2023, Setembro: “Os Instrumentos do Regime Geral de Prevenção da Corrupção – Algumas Indicações e Notas Explicativas

•Um documento intitulado como “Plano de Prevenção de Riscos – Cuidados Metodológicos de Elaboração, Adopção e Dinamização – Síntese”.-----

Encontram-se, ainda, publicadas no sítio online do Conselho de Prevenção da Corrupção (“CPC”) diversas Recomendações com relevo para o presente PPR, a saber:-----

- “Gestão de conflitos de interesse no setor público”, Recomendação do CPC de 08.01.2020;-----
- “Prevenção de riscos de corrupção na contratação pública”, Recomendação do CPC de 02.10.2019;-----
- “Permeabilidade da Lei a riscos de fraude, corrupção e infracções conexas”, -----
- “Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas”, -----
- “Prevenção de riscos de corrupção na contratação pública”, Recomendação do CPC,
- “Gestão de conflitos de interesse no setor público”, Recomendação do CPC de 07.11.2012;-----
- “Publicidade dos Planos de Prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas”, Recomendação do CPC de 07.04.2010;-----
- “Planos de Gestão de riscos de corrupção e infracções conexas”, Recomendação do CPC de 01.07.2009.-----

O presente PPR acompanha e respeita as enunciadas orientações e directivas, tendo sido elaborado em conformidade com a estruturação, as instruções, as metodologias, as/os componentes e os conteúdos constantes dos referidos Documentos e respectivas Recomendações.-----

Acresce que o presente PPR foi elaborado na sequência de um conjunto de normas legais, de âmbito nacional e internacional, as quais, em geral, definem e enquadram os Princípios de Atuação e Gestão da Administração Pública, e, em particular, apresentam relevância para a matéria subjacente ao presente Plano, a saber:-----

- Constituição da República Portuguesa;-----
- Convenção Penal sobre a Corrupção, do Conselho da Europa;-----
- Convenção Relativa à Luta Contra a Corrupção;-----
- Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção;-----
- Carta Ética da Administração Pública – Dez Princípios Éticos da Administração Pública;-----
- Código Europeu da Boa Conduta Administrativa;-----
- Código do Procedimento Administrativo;-----
- Lei n.º 67/2007, de 31.12, na versão em vigor, que aprovou o Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas;-----
- Lei n.º 35/2014, de 20.06, na versão em vigor, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;-----
- Lei n.º 52/2019, de 31.07, na versão em vigor, que aprovou o Regime do Exercício de Funções por Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos;-----
- Lei n.º 58/2019, de 08.08, Lei da Proteção de Dados Pessoais; -----

• *Lei n.º 93/2021, de 20.12, na versão em vigor, que aprovou o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações;*-----

• *Orientações Técnicas do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., referentes aos Contratos Públicos.*-----

Mais do que o desenvolvimento de um PPR que assegure a conformidade legal, este Município pretende desenvolver um Sistema de Prevenção, Gestão e Controlo de Riscos, embutido numa filosofia de oportunidade de melhoria contínua da sua gestão autárquica, orientada pelo princípio da transparência, atuação ética dos seus trabalhadores e satisfação global de todos aqueles que se relacionam com o Município, sejam eles, os seus Munícipes, os demais Cidadãos, Trabalhadores, Fornecedores e outras Entidades Públicas ou Privadas.-----

Pretende-se, assim, que este PPR seja, assim, um documento orientador de:-----

• *Princípios e valores de conduta ética e atuação, comuns dos seus Eleitos, Trabalhadores e demais Entidades que se relacionam com o Município;*-----

• *Estratégia em Prevenção de Riscos, referente a objetivos e respetivas disciplinas de controlo;*-----

• *Uma filosofia de prevenção e antecipação de riscos, em detrimento de uma filosofia de atuação na correção de riscos;*-----

• *Uma metodologia quantitativa e qualitativa de prevenção, antecipação e gestão de riscos assente em referenciais internacional e nacionalmente reconhecidos;*-----

• *Materialização de um processo de prevenção de riscos dinâmico e participativo por parte de todos os trabalhadores do Município em todas as suas etapas, incluindo a implementação de ações de mitigação dos riscos e respetiva monitorização.*-----

A Prevenção da Corrupção tem como objetivo não apenas detetar os casos de corrupção, mas antecipar e evitar a sua ocorrência, tal como acompanhar a implementação das medidas/ações e os compromissos assumidos nesse sentido.-----

Assim, este PPR a todos importa e beneficia, numa ótica de transparência e melhoria contínua dos serviços do Município, não constituindo um mero sistema imposto pelo Executivo.-----

A aprovação deste PPR implica/determina a revogação de quaisquer outros instrumentos prévios de idêntica natureza que tenham sido elaborados pelo Município.

Pelo exposto, nos termos da alínea h), do n.º 1, do artigo 25º, e da alínea a), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei no 75/2013, de 12 de Setembro, proponho que a Câmara Municipal de Lamego, delibere:-----

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lamego o “Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas”, o “Código de Ética e Conduta”, o “Programa de Formação” e a minuta de “Pedido de Autorização de Acumulação de Funções”.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este assunto:

“Trata-se de um documento imperativo que por Lei temos que apresentar, é um documento que define as principais situações que no Município de Lamego apresentam riscos de corrupção ou conexos. Ou seja, um documento que assegura que olhamos atentamente para todos os atos que são praticados por toda a cadeia hierárquica desde o Presidente da Câmara aos funcionários, classificando os riscos, graduando-os na sua possibilidade de ocorrência e de gravidade e que irá, obviamente, criar melhores condições, para que práticas menos adequadas não ocorram no Município de Lamego.

Trazemos por isso aqui este documento, de uma forma simples, responde a duas necessidades, a primeira é de cumprimento legal, a segunda é de ter-mos um normativo que orienta a atuação de toda a cadeia hierárquica da Câmara em relação à situação de riscos de corrupção e matérias conexas. -----

Proponho por isso que documento seja aprovado”.-----

Usou da palavra o membro **José Manuel Correia** para fazer a seguinte intervenção:

“1. Análise Técnica do Documento Aprovado,-----

“A aprovação deste Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas representa um marco importante na história recente da gestão municipal em Lamego.

Cumprir as exigências do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, criado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, e está alinhado com a Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, sob supervisão do Mecanismo Nacional Anticorrupção – MENAC.-----

O documento contém os quatro pilares fundamentais exigidos por lei:-----

- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas-----

- Código de Ética e Conduta-----

- Programa de Formação-----

- Canal de Denúncias-----

Inclui também a designação de um Responsável pelo Cumprimento Normativo e uma descrição detalhada dos riscos e infrações previstas na legislação nacional.-----

E é importante para futuro:-----

- Permite uma maior proteção institucional contra riscos legais e reputacionais.-----

- Dá segurança aos dirigentes e trabalhadores municipais sobre os procedimentos a adotar em situações de risco.-----

- Reforça a imagem de Lamego como uma autarquia moderna, responsável e alinhada com as boas práticas de governação.-----

- Facilita o acesso a financiamentos e programas públicos que exigem a existência de um Plano de Prevenção de Riscos validado.-----

- Melhora a confiança da população e dos agentes locais na integridade dos processos municipais.-----

Mas também é importante relevar:-----

O documento foi aprovado por unanimidade na reunião de 23 de abril de 2025, sem qualquer declaração de voto contrária ou proposta de alteração significativa por parte da oposição, nomeadamente dos vereadores do Partido Socialista.-----

Este consenso político reforça a legitimidade da decisão e demonstra um reconhecimento transversal da importância desta matéria.-----

Enquanto líder da bancada da Coligação Somos Lamego – PSD/CDS, sublinho que esta aprovação reflete a seriedade com que este executivo encara as suas responsabilidades no plano da ética pública e da boa governação.-----

3. Conclusão-----

A aprovação deste Plano é um sinal inequívoco do compromisso do Município de Lamego com os princípios da transparência, da responsabilidade e da integridade institucional.-----

É um passo firme para consolidar uma cultura de ética pública ao serviço dos cidadãos. Continuaremos atentos, proactivos e empenhados na sua concretização prática.

E votaremos formalmente a sua aprovação-----

O **Presidente da Assembleia** informou que neste assunto estavam presentes trinta e seis membros-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade dos presentes:-----

Dos membros do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”: Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, José Manuel Lourenço Correia, Alita Maria de Jesus Carvalho, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Carlos Teotónio Monteiro, Maria Liliana dos Santos Monteiro Ribeiro, Milene Daniela da Fonseca Geada, Constantino José da Costa Vaz, Josefa da Conceição Tormeno Fernandes Pinto, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Germano Correia Ribeiro, Wilson Miguel Lima Teixeira, António Patrício Ribeiro Esteves, Bruno Miguel de Moraes Carneiro, Maria do Sameiro Moraes Rodrigues Gregório, Sérgio Pedro da Rua Capela, António Manuel dos Santos Rodrigues, Maria Otília da Silva Teixeira e Arcílio Jorge Sousa Lamelas;-----

Do grupo municipal do Partido Socialista: Sofia Isabel da Graça Rocha Rodrigues, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Fernando Manuel Duarte Branquinho, Adelino Gomes Magalhães, Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Pedro Miguel Vila Real Torres, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, António Manuel Ferreira Penela, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca.-----

E do membro da CDU: Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela.-----

Ausentes na votação: o membro da coligação “Somos Lamego” Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho;-----

O membro do grupo municipal do Partido Socialista: Bernardo Manuel Taveira Xavier.

O membro Independente Viriato Pina de Lemos.-----

2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo inscrito ninguém.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer o seguinte:-----

“Senhores membros da Assembleia esta foi a penúltima Assembleia Municipal, por imposição teremos que fazer uma Assembleia Municipal em setembro e em principio as datas indicativas para as eleições autárquicas serão fim de setembro ou início do mês de outubro, vamos tentar que essa Assembleia seja logo no início de setembro, tenha o mínimo impacto passível com as agendas das Festas e das eleições etc, e naturalmente a campanha, mas legalmente teremos que fazer uma Assembleia Municipal em setembro. -----

Entretanto estou aqui a ser informado, neste exato momento, poder haver a necessidade de se fazer uma Assembleia extraordinária, aferiremos essa necessidade assim que chegar este pedido ao Presidente da Mesa”.-----

3.3- ASSUNTO: MINUTA-----

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.4- ASSUNTO: TERMO-----

O senhor **Presidente da Assembleia** declarou encerrada esta sessão, às dezasseis horas, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico